Estratégia CONCURSOS

Aul

Ciências Humanas p/ ABIN (Agente de Inteligência)

Professor: Leandro Signori, Sergio Henrique

AULA 00 - O Brasil político: nação e território. Organização do Estado Brasileiro.

Caros alunos,

É com imenso prazer que nos encontramos no **ESTRATÉGIA CONCURSOS** para esta jornada em busca de um excelente resultado na disciplina de **CIÊNCIAS HUMANAS** no concurso da **AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA – ABIN** – cargo de **AGENTE DE INTELIGÊNCIA**.

Este curso será ministrado a quatro mãos, pela minha pessoa, professor **Leandro Signori** e pelo professor **Sérgio Henrique**.

Sou **Licenciado em Geografia** pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e – **Bacharel em Geografia** pelo UNICEUB, em Brasília. A oportunidade de exercer a docência e poder alcançar o conhecimento necessário para a aprovação dos meus alunos me inspira diariamente e me traz grande satisfação. Como professor em cursos preparatórios *online* e presencial, ministro as disciplinas de Atualidades, de Conhecimentos Gerais, de Realidade Brasileira e de Geografia.

Ingressei no serviço público muito cedo, com 21 anos, na Prefeitura de Porto Alegre. Posteriormente, segui a minha carreira de servidor público na Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN) e na Prefeitura de São Leopoldo. Por fim, fui servidor público federal, no Ministério da Integração Nacional, onde trabalhei com planejamento e desenvolvimento territorial e regional.

Quem quiser também pode me seguir no Facebook curtindo a minha *fan page*. Nela divulgo gabaritos extraoficiais de provas, publico artigos, compartilho notícias e informações importantes do mundo atual. Segue o link: https://www.facebook.com/leandrosignoriatualidades.

- Sérgio Henrique, agora fale um pouco mais de você!

- Olá, pessoal, sou **Historiador**, graduado na Universidade Estadual Paulista (UNESP) e **Licenciado em Geografia** também pela UNESP**.** Lecionei por oito anos na SEEMG e no Colégio Tiradentes da Polícia Militar de Minas Gerais. Atualmente, leciono na rede privada em cursos preparatórios de alto nível e na área de Ciências Humanas aqui no Estratégia Concursos.

- Pessoal, feita a nossa apresentação, agora vamos falar do curso.

Será um curso completo de teoria e exercícios no qual vamos contemplar os seguintes conteúdos listados no edital regulador:

CIÊNCIAS HUMANAS: 1 O Brasil político: nação e território. 1.1 Organização do Estado Brasileiro. 1.2 A divisão inter-regional do trabalho e da produção no Brasil. 1.3 A estrutura urbana brasileira e as grandes metrópoles. 2 A evolução da estrutura fundiária e problemas demográficos no campo. 3 Os movimentos migratórios internos. 4 Integração entre indústria e estrutura urbana, rede de transportes e setor agrícola no Brasil. 5 O Brasil e a questão cultural. 6 A integração do brasil ao processo de internacionalização da economia. 7 O século XX: urbanização da sociedade e a cultura de massas. 8 O mundo contemporâneo e as sociedades atuais (pós-1945). 9 Guerra Fria e descolonização. 10 Globalização e fragmentação em relação à nova ordem mundial. 11 Caracterização geral dos sistemas político-econômicos contemporâneos e suas áreas de influência e disputa. 12 Movimentos migratórios internacionais e crescimento demográfico. 13 O Oriente Médio e a questão islâmica. 14 As sociedades contemporâneas.

Esse conteúdo será ministrado em dez aulas, incluindo esta aula demonstrativa, cuja estrutura é a seguinte:

Aula	Conteúdo Programático
00	1 O Brasil político: nação e território. 1.1 Organização do Estado Brasileiro.
01	1.3 A estrutura urbana brasileira e as grandes metrópoles.
02	2 A evolução da estrutura fundiária e problemas demográficos no campo.
03	1.2 A divisão interregional do trabalho e da produção no Brasil. 4 Integração entre indústria e estrutura urbana, rede de transportes e setor agrícola no Brasil.
04	3 Os movimentos migratórios internos. 5 O Brasil e a questão cultural. 6 A integração do brasil ao processo de internacionalização da economia.
05	9 Guerra Fria e descolonização.
06	10 Globalização e fragmentação em relação à nova ordem mundial. 11 Caracterização geral dos sistemas político-

	econômicos contemporâneos e suas áreas de influência e disputa.
07	7 O século XX: urbanização da sociedade e a cultura de massas. 8 O mundo contemporâneo e as sociedades atuais (pós-1945). 14 As sociedades contemporâneas.
08	12 Movimentos migratórios internacionais e crescimento demográfico.
09	13 O Oriente Médio e a questão islâmica.

A distribuição das aulas, neste formato, visa otimizar a amplitude dos conteúdos e sua interconexão em grandes temas.

Fique bem tranquilo se você não conhece ou conhece pouco os conteúdos relacionados nos tópicos. A sistemática do curso, a estrutura de distribuição dos conteúdos e as questões comentadas farão com que, ao final das aulas, você esteja preparado, ao fazer a prova, para um ótimo desempenho na disciplina.

Na parte teórica seremos objetivos, todavia, sem deixar de fora nenhum conteúdo e sem esquecer dos detalhes cobrados pelas bancas. Vamos ver as pegadinhas e as cascas de banana que são colocadas para escorregarmos na questão. Também vamos usar figuras, tabelas, gráficos e mapas de forma a sintetizar e a esquematizar o conteúdo.

Sem mais delongas, vamos aos estudos, porque o nosso objetivo é que você tenha um excelente desempenho na nossa matéria.

Para isso, além de estudar, você não pode ficar com nenhuma dúvida. Portanto, não as deixe para depois. Surgindo a dúvida, não hesite em nos contatar no nosso Fórum.

Estamos aqui, neste curso, muito motivados, caminhando junto com vocês, procurando passar o melhor conhecimento para a sua aprendizagem e sempre à disposição no Fórum de Dúvidas.

Ótimos estudos e fiquem com Deus!

Forte Abraço.

Professores Leandro Signori e Sérgio Henrique

"Tudo posso naquele que me fortalece."

(Filipenses 4:13)

Sumário	Página
1. Introdução	04
2. Formação territorial do Brasil	05
2.1 A América portuguesa e o Brasil	05
2.2 O Império e a constituição das províncias	10
2.3 A República e a atual configuração político-administrativa	11
3. As bases econômicas da ocupação do território	15
4. Os atuais limites	23
5. Brasil: divisão político-administrativa e organização federativa	32
6. A divisão regional	33
7. Os complexos regionais	34
8. Sistema de governo	37
9. Questões Comentadas	39
9. Lista de Questões	62
10. Gabarito	75

1. O Brasil político: nação e território

Território é o espaço geográfico submetido a um poder central ou, mais precisamente, a área de validade de um conjunto de normas. O território nacional é o espaço, limitado por fronteiras, no qual se exerce a soberania do Estado brasileiro, expressa na Constituição e nas leis que a derivam (Demétrio Magnoli, 2012).

Na sua atual configuração política, o Brasil é uma República Federativa composta por 26 **Estados,** mais o **Distrito Federal,** e por 5.570 **municípios**. Seu sistema federativo foi adotado a partir de 1889, com a Proclamação da República, que transformou as províncias em estados.

O país possui 8.515.767 Km2, sendo o maior Estado da América Latina e o quinto maior do mundo em área territorial.

No entanto, nem sempre foi assim, **a nossa atual configuração política e territorial foi historicamente construída ao longo dos séculos e seu**

início data dos primórdios da ocupação da América pelas nações ibéricas.

A seguir, vamos ver o processo histórico que levou ao Brasil atual, do ponto de vista territorial e político.

1.1 A América portuguesa e o Brasil

Portugal e Espanha assinaram, em 1494, o **Tratado de Tordesilhas,** determinando que as terras localizadas 370 léguas a Oeste de Cabo Verde pertenceriam à Espanha e ao leste, a Portugal. Por esse tratado, verificamos que parte das terras do Brasil atual, mesmo antes de serem descobertas, já estavam destinadas a Portugal.

Ou seja, antes mesmo de portugueses e espanhóis aportarem no continente americano, eles já deram início à configuração do espaço territorial das Américas.

Tratado de Tordesilhas



No ano de 1500, os portugueses aportaram no Brasil. Desse ano até 1530, as novas terras ficaram praticamente abandonadas. No entanto, a partir dessa data, Portugal mudou a sua política no que se refere ao Brasil devido aos seguintes fatores:

* Muito embora os lucros do comércio do Oriente ainda continuassem elevados, Portugal passou a sofrer a concorrência de outros países. O Brasil representou, então, uma alternativa de lucro para a Coroa e a burguesia lusa.

* A pressão estrangeira sobre o litoral do Brasil foi intensificada. A Coroa constatou que as expedições guarda-costas eram insuficientes para proteger a nova conquista.

* A ambição pelo ouro aumentou quando os espanhóis conquistaram o Peru (Império Inca) e passaram a explorar as riquezas da região.

* Povoar também era uma forma de valorizar as terras da colônia.

O governo português alimentava esperanças de que houvesse ouro no Brasil. Em face desses fatores, Portugal decidiu colonizar o Brasil, ou seja, transformar o Brasil em uma colônia. Para tanto, foi organizada a primeira expedição colonizadora sob o comando de Martim Afonso de Souza, que deixou Portugal em dezembro de 1531.

As principais ações da expedição de Martim Afonso de Souza foram: combate a contrabandistas de pau-brasil no Nordeste; exploração do território e suas potencialidades econômicas, sobretudo no que se refere à agricultura; fundação da primeira vila do Brasil (São Vicente-SP) em 1532; construção do primeiro engenho de açúcar e exploração do interior.

Martim Afonso distribuiu as primeiras sesmarias aos colonos portugueses. Os sesmeiros eram homens da pequena nobreza, militares ou navegantes, que recebiam as suas glebas como recompensa por serviços prestados à Coroa. Ao tomarem posse das terras, ficavam obrigados apenas a fazê-las produzir em alguns anos (em geral cinco) e pagar o dízimo à Ordem de Cristo.

Na América Portuguesa, as sesmarias eram imensas e seu cultivo demandava o controle sobre um número significativo de escravos. Assim, as sesmarias foram o embrião do latifúndio canavieiro, algodoeiro e pecuarista e, mais tarde, das fazendas de café e cacau. O modelo monocultor, escravista e exportador da agricultura colonial da América Portuguesa começava a tomar forma.

Colonizar o Brasil implicava gastos elevados para a Coroa portuguesa. Para implementar a colonização, o rei D. João III decidiu recorrer ao capital privado. Então, em 1534, foi criado o sistema de **capitanias hereditárias**. Elas representaram a **primeira divisão político-administrativa do território colonial**. Todo o Brasil português foi dividido em quinze capitanias com fachada litorânea desigual, medindo entre 10 e 100 léguas. A partir do litoral, linhas paralelas delimitavam a área das capitanias.

As capitanias foram concedidas para cidadãos portugueses, intitulados **capitães donatários**. Na sua maioria, eram provenientes da baixa nobreza. Responsáveis economicamente pela empresa colonizatória, tinham como dever o exercício da função administrativa da capitania, uma vez que eram os representantes do poder real naquele território. Além disso, deviam proteger militarmente as terras sob sua jurisdição, provendo-as de armas e fortificações.

Em contrapartida, recebiam rendas e privilégios destinados aos capitães que governavam as capitanias das demais colônias portuguesas. Também recebiam uma pensão dos tabeliães e tinham direito de monopólio sobre moinhos, fornos, engenhos e passagens fluviais. Acrescentava-se a tudo isso o direito de conceder sesmarias em suas capitanias.



O sistema de capitanias organizou o território colonial em unidades autônomas e desarticuladas entre si. Configurou uma **opção pela descentralização político-administrativa.** Entretanto, os donatários se revelaram incapazes de arcarem com os níveis de investimentos necessários e com as exigências postas pela defesa contra as incursões francesas. Ao mesmo tempo, a retração dos lucros portugueses no comércio de especiarias do Oriente e a descoberta das minas de ouro de Potosi na América espanhola, em 1545, estimularam a Coroa portuguesa a envolver-se diretamente no empreendimento colonial.

Em 1549, numa tentativa de reforçar sua presença e coordenar os esforços dos capitães donatários, a Coroa instalou um **Governo Geral** na recém-fundada cidade de Salvador (Bahia). Começava a nascer um aparelho de Estado subordinado à monarquia lusa. **Salvador** tornou-se a primeira sede do Governo-Geral, condição que perderia para o **Rio de Janeiro** apenas em 1763.

Ao longo do século XVI, o litoral brasileiro foi sendo povoado. Nesse mesmo século, houve algumas penetrações esparsas para o interior do Brasil, sem, contudo, fixar o homem ao solo. No período de 1580 a 1640, Portugal esteve sob domínio espanhol, ficando conhecido como a União Ibérica, necessitando de recursos para bancar as diversas guerras em que estavam envolvidos (contra a Inglaterra, a Holanda e os Principados Alemães). A Coroa espanhola estimulou a realização das **entradas** e **bandeiras** no Brasil, na tentativa de encontrar ouro em nosso território.

Como Portugal e Espanha estavam sob o mesmo reinado, a linha de Tordesilhas perdeu o seu sentido, embora o tratado não tenha sido revogado. Os bandeirantes avançaram para muito além da linha, e o Brasil triplicou de

tamanho. A expansão da pecuária e as missões jesuíticas foram fatores que contribuíram para essa expansão.

O contínuo avanço português para além da linha de Tordesilhas fez com que Portugal e Espanha assinassem um novo tratado de fronteiras, o **Tratado de Madri**, em 1750. Os dois países aceitaram o princípio do ***uti possidetis***, segundo o qual cada nação conservaria as terras que já tivessem efetivamente ocupado.

Segundo o acordado, Portugal entregaria à Espanha a Colônia do Santíssimo Sacramento e, em troca, receberia a região ocupada pelos Sete Povos das Missões do Uruguai. Porém, esse acordo não foi cumprido e acabou sendo anulado pelo Tratado do Pardo, em 1760.

Embora o Tratado de Madri não tenha sido cumprido, seus princípios serviram de base para o novo acordo de limites feito em 1777, na cidade de Santo Ildefonso. Neste último tratado, os portugueses perderam definitivamente a Colônia do Santíssimo Sacramento, mas não foram compensados com a região dos Sete Povos das Missões. Em troca, apenas obtiveram de volta a Capitania de Santa Catarina que havia sido invadida pelos espanhóis.

Porém, em 1801, um novo conflito foi deflagrado, trazendo para os domínios portugueses a região dos Sete Povos das Missões, que foi definitivamente incorporada ao território do Rio Grande do Sul.



Outra **mudança importante para a configuração territorial do Brasil** foi a **transferência**, em 1763, de sua **capital da cidade de Salvador para a**

cidade do Rio de Janeiro. Isso ocorreu no mesmo ano em que o Brasil foi elevado à categoria de Vice-Reinado.

Até o século XVIII, as unidades administrativas existentes na América portuguesa se dividiam em capitanias reais (da Coroa portuguesa) e hereditárias (donatárias), que eram as capitanias sob jurisdição de particulares. Já no século XVI, inicia-se o processo de retorno das capitanias hereditárias para a Coroa, devido ao fracasso da tentativa de colonização por parte de alguns capitães-donatários. Durante o **século XVIII,** por meio de compra ou de confisco ao donatário, **todas as capitanias hereditárias retornaram à propriedade do Reino de Portugal.**

Em 1759, foram organizadas as Capitanias da Coroa, governadas por funcionários nomeados pelo rei e divididas em principais (ou gerais) e subordinadas. Os governadores das primeiras, denominados de capitães gerais, tinham sob a sua jurisdição os governadores das segundas.

Assim, estruturam-se nove blocos regionais de capitanias, sob a autoridade de capitães gerais responsáveis junto à Coroa. No desenho das colônias do Vice-Reino do Brasil, um único bloco territorial não apresenta continuidade geográfica: as capitanias de Santa Catarina e do Rio Grande de São Pedro, localizadas em áreas disputadas com a Espanha, subordinavam-se diretamente ao Governo Geral, no Rio de Janeiro.



Fonte: Conexões – Estudos de Geografia do Brasil

2.2 O Império e a constituição das províncias

Com a declaração da Independência do Brasil, em 1822, as antigas capitanias reais foram transformadas em **províncias do Império do Brasil**.

Quando do seu nascimento, o Império do Brasil contava com 18 províncias: Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Sergipe. Durante todo o período Imperial, a divisão administrativa do Brasil mudou apenas com a criação da Província do Amazonas, em 1850, desmembrada da

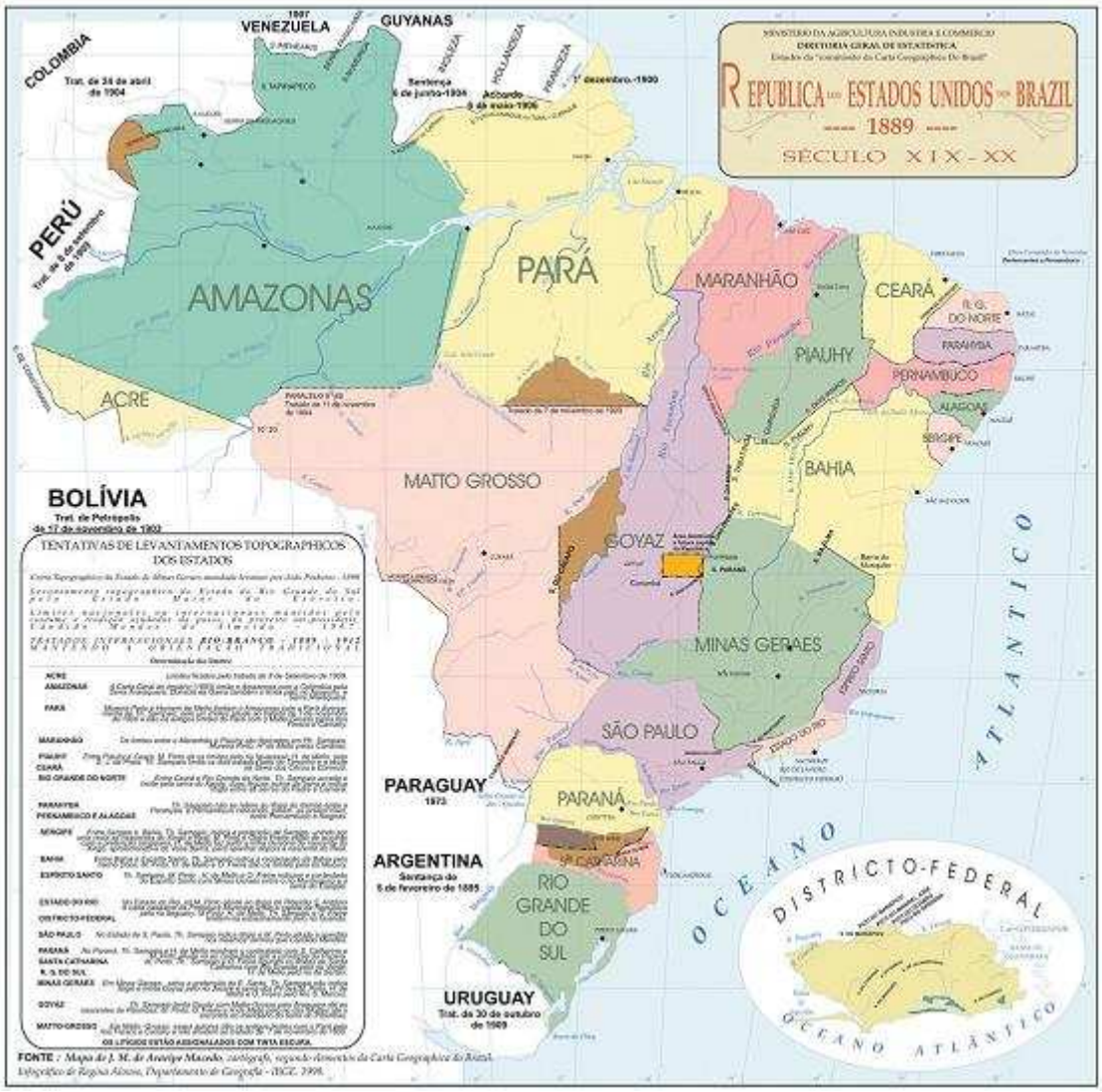
Província do Pará e também com a elevação da Comarca de Curitiba à Província Independente, em 1853, com o nome de Província do Paraná.



2.3 A República e a atual configuração político-administrativa

Em 1889, com a Proclamação da República, as antigas províncias brasileiras passaram à categoria de estados, mantendo as mesmas fronteiras. O Império do Brasil passou a denominar-se Estados Unidos do Brasil, seguindo o modelo americano de governo.

Juntamente com a **República** é introduzido o **federalismo no Brasil**. O Decreto nº 1, de 15 de novembro de 1889, previa que as províncias do Brasil estariam reunidas pelo laço da federação, constituídas em Estados Unidos do Brasil, conforme o mapa abaixo:



A federação brasileira nasceu com 20 estados mais o Distrito Federal. Desde o ano de 1834, a cidade do Rio de Janeiro havia sido desligada da província de mesmo nome e passado a abrigar a Corte, sob a forma de município neutro. A administração da província passou a ser sediada na cidade de Niterói. **Com a Proclamação da República, o município neutro foi transformado na pessoa jurídica do Distrito Federal, capital do Brasil.**

Em 1956, o então presidente da República, Juscelino Kubitschek, deu início à construção de uma nova sede para o Distrito Federal. Em 1960, fruto de antigas reivindicações, a sede do governo brasileiro foi transferida para a Região Centro-Oeste do País, onde foi construída a cidade de Brasília.

Porém, para que o Brasil tivesse a conformação territorial que é conhecida atualmente, algumas mudanças ocorreram no decorrer do século XX. Uma delas foi a anexação do território do atual Estado do Acre ao Brasil, em 1903, por meio do Tratado de Petrópolis. Inicialmente incorporada ao território nacional como

uma unidade político-administrativa sem autonomia e gerida diretamente pelo poder central, foi transformada em estado federado no ano de 1962.

Surgido em 1903, a figura jurídica do território federal não estava prevista na primeira Constituição do Brasil republicano, datada de 1891. A sua existência foi admitida a partir da Constituição de 1934, que também previa a transformação dos territórios federais em unidades da Federação. Já a Constituição de 1937 foi além ao permitir que a União criasse novos territórios federais a partir do desmembramento dos estados "no interesse da defesa nacional".

Na década de 1940, no contexto da Segunda Guerra Mundial e com a necessidade crescente de exploração da borracha na Amazônia, o então presidente da República Getúlio Vargas criou seis territórios federais: **Guaporé, Amapá, Ponta Porã, Iguaçu, Rio Branco e Fernando de Noronha.** A criação dos territórios federais foi justificada pela necessidade da segurança das fronteiras, localizadas em regiões remotas, onde o poder público estadual encontrava dificuldades em administrar.

Os territórios não tinham assembleias legislativas nem representação no Senado, e seus governadores eram nomeados pelo governo federal.

Veja o mapa dos territórios federais, em 1945:



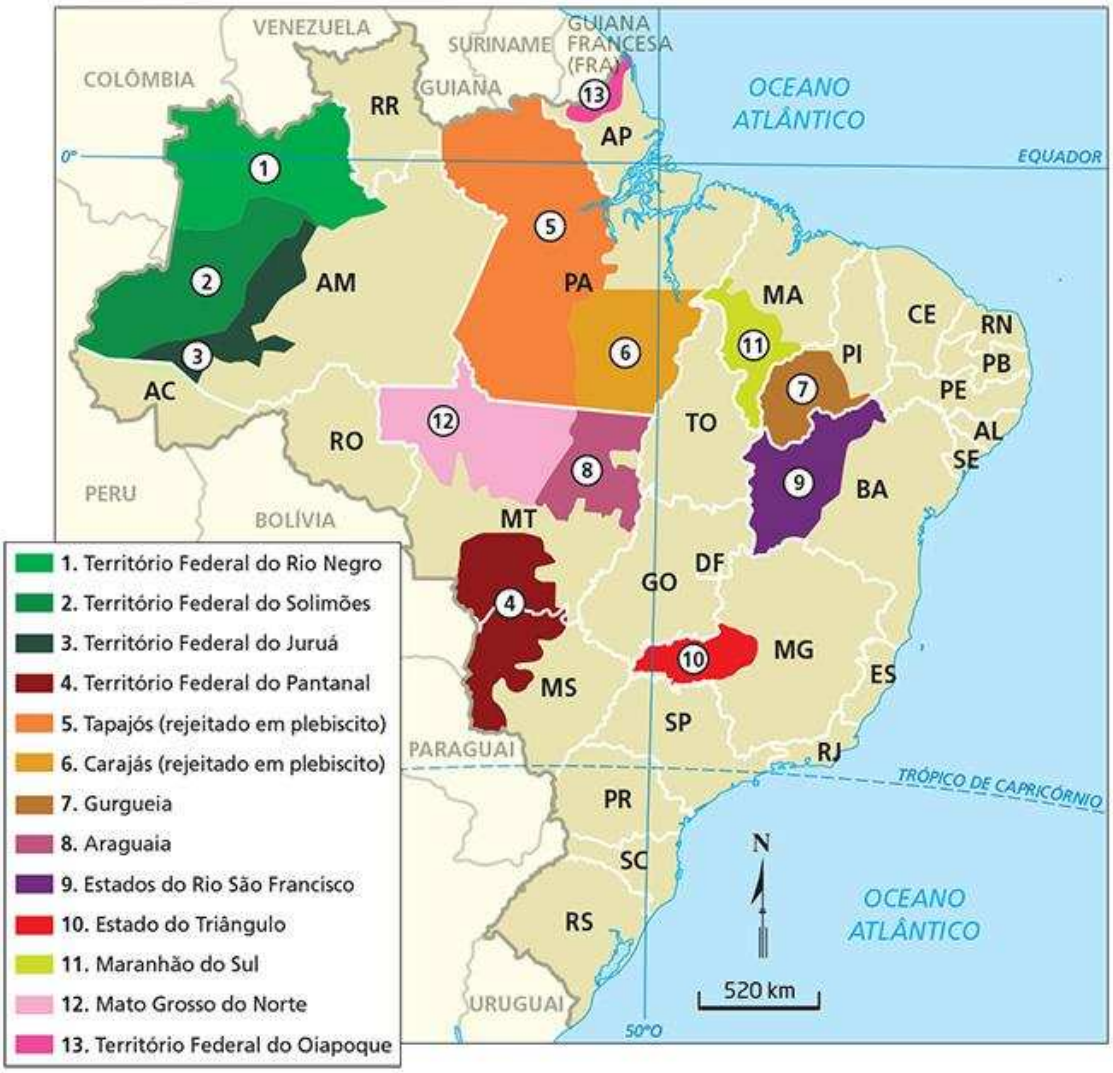
Fonte: Conexões – Estudos de Geografia Geral e do Brasil

Os territórios de Ponta Porã e Iguaçu foram extintos pouco tempo depois, em 1946. O território do **Guaporé** transformou-se no Estado de **Rondônia**, em 1981, ano em que o Congresso Nacional aprovou projeto de lei do Poder Executivo, pelo qual o território foi elevado a Estado da União.

A Constituição Federal de 1988 transformou os territórios federais do **Amapá** em **Estado do Amapá** e o de **Rio Branco** em **Estado de Roraima**. O território de **Fernando de Noronha foi anexado a Pernambuco**. Porém, a Constituição manteve a possibilidade de, futuramente, serem criados novos territórios federais.

O Brasil central conheceu dois desmembramentos de estados. A criação de **Mato Grosso do Sul**, em 1977, resultou da bipartição do Mato Grosso. **Tocantins** nasceu, em 1988, pela bipartição de Goiás. A República Federativa do Brasil passou a ser formada por 26 estados e o Distrito Federal.

Pode-se afirmar, assim, que a promulgação da Carta Constitucional de 1988 constitui-se no instrumento legal que promoveu a mudança mais recente e que dá suporte à atual configuração do mapa político do Brasil em nível estadual. Novas propostas de alteração da divisão política estadual continuam, contudo, a serem feitas e analisadas no âmbito do Congresso Nacional no momento atual. Veja-as no mapa a seguir:



Fonte: Conexões – Estudos de Geografia Geral e do Brasil

3. As bases econômicas da ocupação do território

Celso Furtado nos diz que a história econômica do Brasil consistiu em uma série de **ciclos econômicos**, uma sucessão de grandes produções que formaram sucessivamente o essencial das suas exportações: **açúcar nos séculos XVI e XVII, ouro** no **fim do século XVII e no início do século XVIII**, **café** nos **séculos XIX e XX**, **borracha** no **início do século XX**.

Deve-se a essa sucessão de especulações a formação do arquipélago brasileiro, porque cada uma delas afetou uma região diferente do País: açúcar, o Nordeste; o ouro, Minas Gerais; o café, o Sudeste; a borracha, a Amazônia. Cada uma imprimiu sua marca, permitindo o povoamento de regiões até então quase vazias, dando um estilo às relações sociais e à organização do espaço dessas regiões.

As consequências da formação por ciclos não terminam nessa heterogeneidade, mas implicam determinado funcionamento do conjunto do

território nacional. O Brasil independente permaneceu, ao longo de todo o século XIX e na primeira metade século XX, como uma coleção de células agroexportadoras justapostas, um mosaico de regiões quase autônomas formadas no auge desses ciclos.

Cada célula centrada na produção de um tipo de exportação, drenado por uma rede de vias de transporte para um porto marítimo, era, por sua vez, constituída de células produtivas menores, formadas por grandes fazendas ou plantações. Pode-se falar literalmente de um arquipélago brasileiro, pois essas células comunicavam-se apenas por cabotagem, ao longo do litoral. O fato foi provado quando o Brasil ficou ao lado dos Aliados na Segunda Guerra Mundial: alguns submarinos alemães foram suficientes para cortar qualquer relação entre Rio de Janeiro e Salvador e, por conseguinte, entre o norte e o sul do País, já que não existia nenhuma rota interna, à exceção da precária via navegável do São Francisco.

A história da formação do território não se reduz, no entanto, a esses ciclos. Entendê-la pressupõe levar igualmente em conta diversos outros fatores, como o dinamismo dos bandeirantes, os esforços dos missionários, a paciente expansão dos pecuaristas e a tenaz vontade política e administrativa da Coroa portuguesa.

Os séculos XVI e XVII

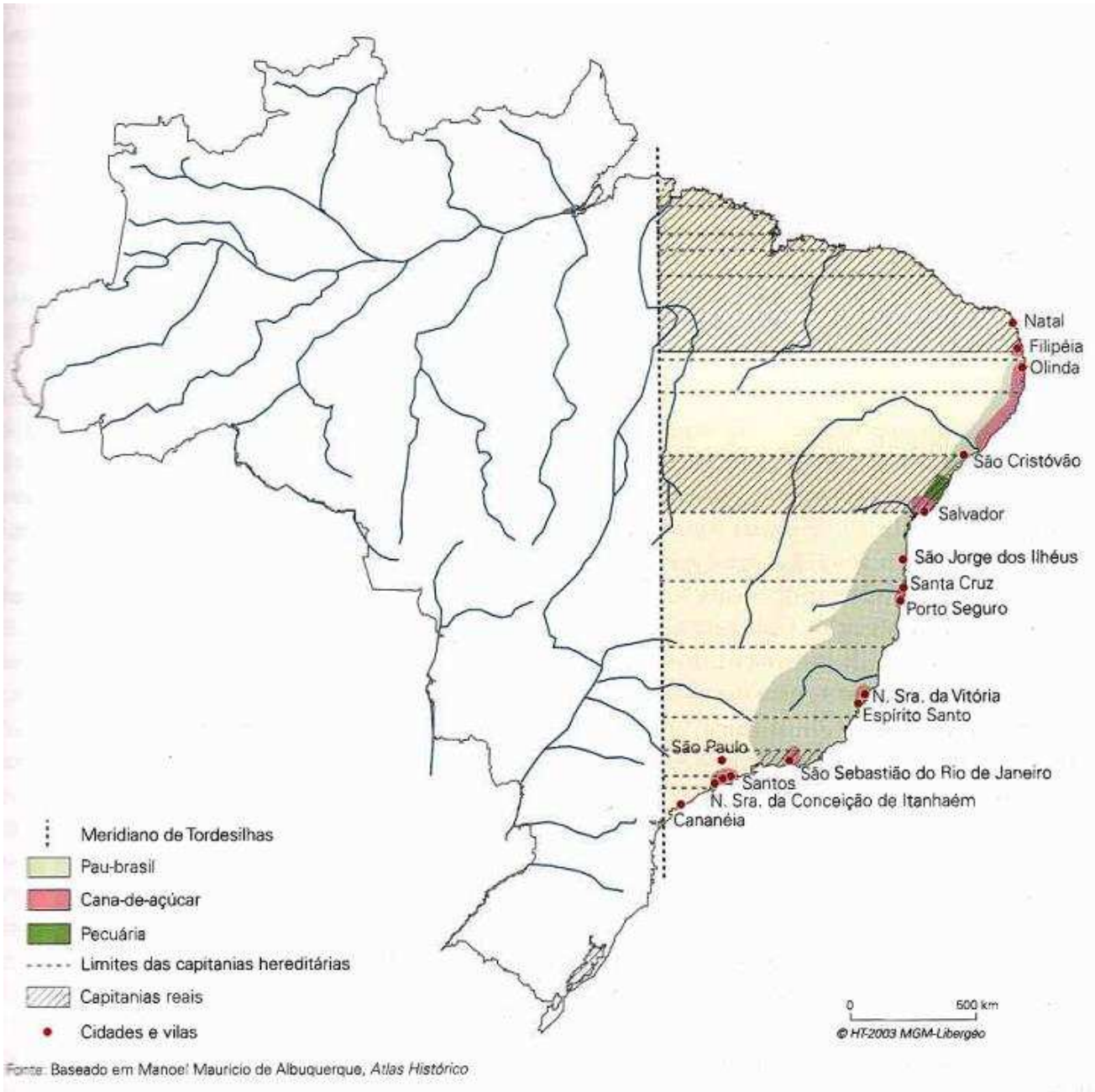
O primeiro ciclo econômico do País foi o da produção de açúcar. Originária da Índia, a **cana de açúcar** foi aclimatada pelos portugueses, principalmente em suas ilhas do Atlântico. O clima e os solos do Nordeste se revelaram ótimos, e os portugueses encontraram, assim, o grande produto de exportação que justificava e permitia uma sólida ocupação. Controlando a rota da Índia, poderiam aproveitar a intensa demanda europeia, produzindo eles mesmos esse produto, até então raro e caro, leve e facilmente estocável. De fato, o Brasil tornou-se, na primeira metade do século XVII, o primeiro produtor mundial de açúcar.

As consequências dessa expansão e dessa especialização foram, no Brasil, de várias ordens. Primeiro, para cultivar a cana foi necessário importar **escravos africanos**: os primeiros chegaram em 1532, e o tráfico durou três séculos, até que, a partir de 1842, a Grã-Bretanha fez respeitar, pela força, sua proibição. Partindo do Golfo da Guiné, inicialmente, e de Angola e Moçambique, em seguida, milhões de africanos foram deslocados para trabalharem nas plantações do Brasil.

Em outra escala, o ciclo do açúcar gerou ciclos secundários, ou induzidos, que marcaram outros espaços. Para pagar os escravos, os colonos portugueses instalados no Brasil tinham necessidade de uma mercadoria de troca. Não

ocorreu, nesse caso, a modalidade clássica do "comércio triangular" com produtos da metrópole, mas troca direta, com pagamento em fumo: o Recôncavo Baiano, região próxima de Salvador, foi especializado nessa produção. Era necessário também produzir o alimento para os escravos - na região do açúcar ninguém queria perder tempo nem espaço para uma produção tão vulgar - e criar os bois para impulsionar os moinhos que esmagavam a cana.

A economia e o território no século XVI



Fonte: Atlas do Brasil (2ª edição)

Essas necessidades provocaram a criação de zonas especializadas: as culturas alimentares no agreste (a zona de transição para o interior seco) e a criação extensiva no sertão. Nessa vasta zona semiárida não se podia pensar em produção agrícola, e a **pecuária** permitiu conquistá-la, subindo os rios, notadamente o São Francisco. Dessa época e desse ciclo econômico data, por conseguinte, a formação de um complexo nordestino, cujos traços sobreviveram por não terem sofrido alteração por nenhum ciclo posterior.

A primeira base da economia foi, portanto, o **açúcar**, e a unidade do Brasil deveu-se muito ao controle político do território exercido pela Coroa. **Porém, sua expansão foi graças a seus exploradores e seus pecuaristas.**

Os primeiros tinham traçado vias e inventariado recursos, fundando novas "ilhas", mas as ligações entre elas eram ainda precárias, ou mesmo perigosas. Os comboios de ouro entre Minas Gerais e Rio de Janeiro eram frequentemente atacados, e mais ainda os que vinham de Goiás ou de Mato Grosso.

A tarefa de estender realmente o território, de ocupá-lo e de traçar rotas certas e duradouras foi dos pecuaristas. Assistiu-se a uma conquista fulminante, a uma verdadeira explosão territorial, cuja consolidação e valorização vieram graças a seus pacientes esforços para estabelecer estradas, fazendas e pousadas.

Presentes desde a época do açúcar, os pecuaristas tinham ocupado a mata semiárida do sertão, criando bois para fornecer às plantações do litoral a carne seca, o couro e os animais indispensáveis para girar os moinhos dos engenhos.

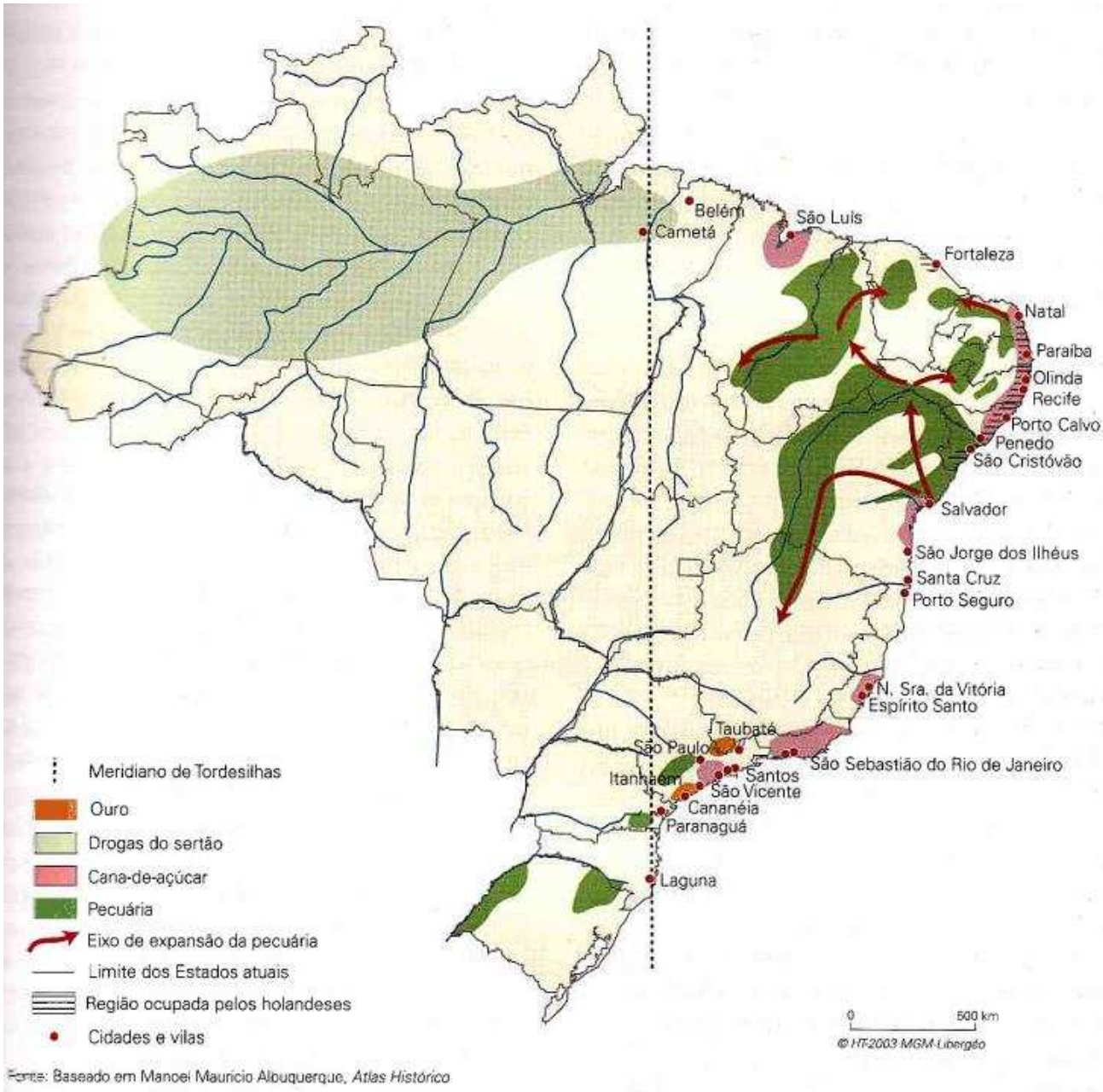
As minas de ouro também precisaram deles, e o movimento de expansão da criação prosseguiu para o interior, para o norte e para o sul. Os pecuaristas, que já tinham ocupado o alto São Francisco antes da descoberta do ouro, reforçaram sua presença, porque as minas constituíam novos mercados. No Norte ocuparam, do rio em direção ao litoral, os futuros Estados do Piauí e do Ceará, e avançaram até o Maranhão, nos confins da Amazônia.

As necessidades do transporte do ouro induziram igualmente o desenvolvimento da criação das mulas, nos campos limpos, até então muito pouco ocupados. Essa criação, apoiada nas estradas e em feiras estabelecidas, deu impulso decisivo à extensão do domínio português para o sul, frente aos espanhóis.

Foi, portanto, a pecuária, mais do que o ouro, que contribuiu para dilatar o espaço brasileiro, tanto que ela durou após o colapso aurífero, criando estradas e pontos de apoio estáveis: as fazendas eram estabelecimentos fixos, duradouros e amparos úteis nestas extensões imensas. A partir delas, o gado ia para o litoral seguindo caminhos fixos de rio em rio, as estradas boiadeiras, comparáveis aos trais do oeste americano. Ao longo dessas pistas, que fixaram o traçado das estradas de hoje, povoados ofereciam etapas, pastos para

descanso ou engorda e feiras periódicas. Muitas delas tornaram-se grandes cidades, como Feira de Santana (Bahia) ou Campina Grande (Paraíba). A pecuária prolongou as zonas do açúcar e do ouro - uma fronteira móvel, mas organizada, onde se manteve o espírito pioneiro dos bandeirantes, consolidando e homogeneizando o espaço que tinham conquistado.

A economia e o território no século XVII



Fonte: Atlas do Brasil (2ª edição)

A expansão e a consolidação – Séculos XVIII e XIX

Faltava, contudo, conquistar a imensa bacia amazônica para dar ao País a sua atual dimensão, o que foi feito a partir do fim do século XVIII, sem que nenhum ciclo econômico o justificasse.

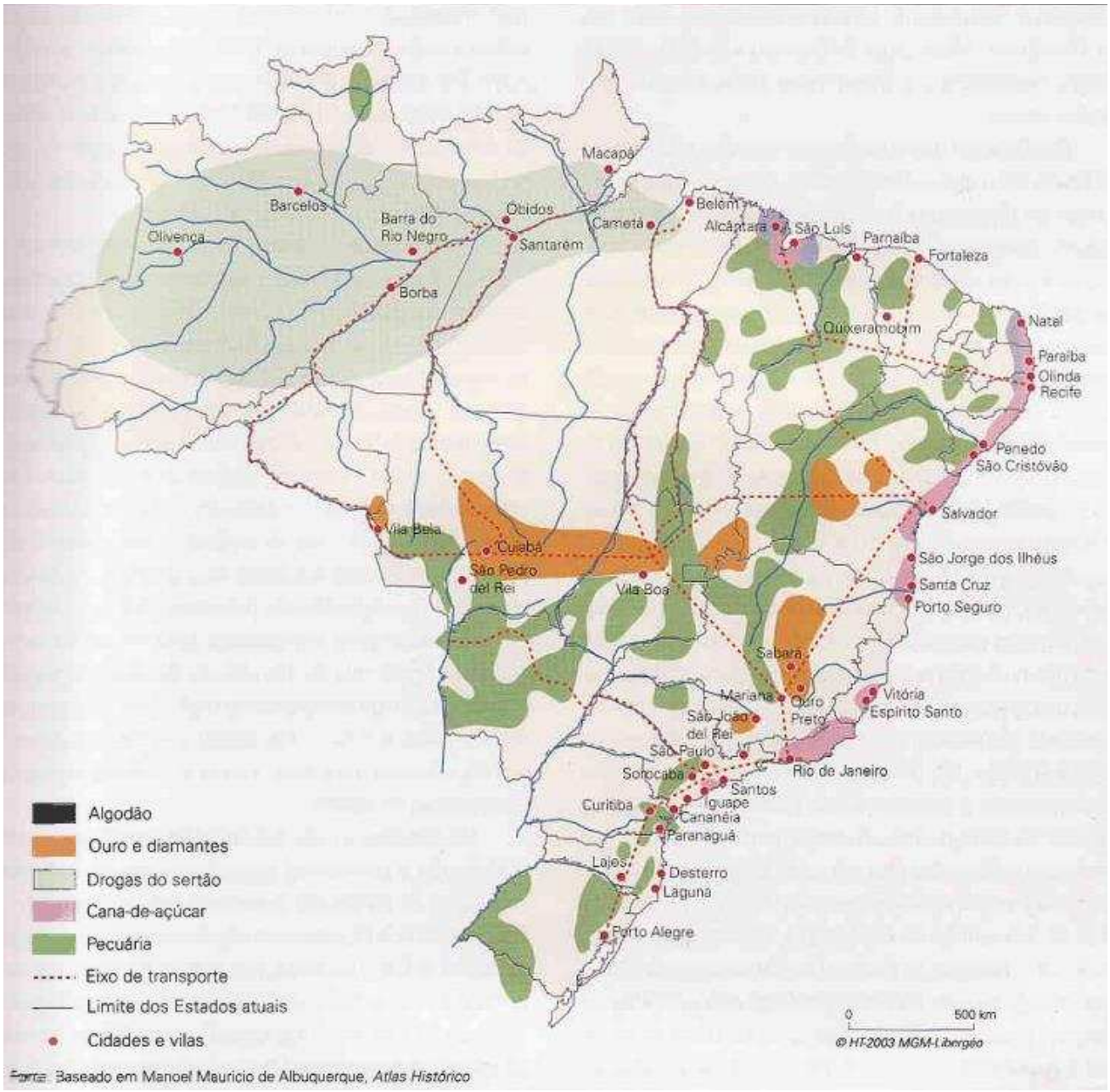
A Coroa portuguesa tinha sido levada a tomar posse da foz do Amazonas para responder à ameaça dos corsários estrangeiros. Em seguida, ocorreu um duplo movimento, o dos militares e dos jesuítas, ambos fixando seus estabelecimentos, fortes ou missões cada vez mais longe, rio acima. Eram ambos ansiosos de avançar o mais rapidamente possível, porque, no mesmo momento, outros militares e outros missionários progrediam também na bacia do Amazonas - os emissários do rei da Espanha. Graças a essa disputa, que continuou mesmo quando as coroas da Espanha e de Portugal tinham se unido (1580-1640), a progressão foi rápida, apesar dos parcos recursos.

O forte de Manaus foi fundado em 1669, e as missões escalonaram-se ao longo de todo o rio a partir da metade do século XVII. Quando os jesuítas foram expulsos, em 1761, a conquista estava praticamente terminada. No século XVIII, o movimento ampliou-se, progredindo ao longo dos afluentes.

Consideráveis ganhos territoriais foram obtidos na Amazônia com recursos muito limitados, algumas centenas de soldados e algumas dezenas de religiosos. A exploração econômica reduzia-se à caça e à extração de algumas plantas, raízes, borracha e resinas, e os sonhos de riqueza, alimentados por mitos recorrentes (o lago Parima, o Eldorado), nunca se materializaram. O motor da conquista foi a vontade dos portugueses, agentes da Coroa e da igreja, de estender seu domínio.

Descobertas de novos recursos, avanço da pecuária e vontade política conjugaram-se para provocar a formidável expansão do território português. Em 1750, no Tratado de Madri, que delimitou os impérios espanhóis e portugueses, o Brasil quase tinha atingido seus limites atuais.

A economia e o território no século XVIII



Fonte: Atlas do Brasil (2ª edição)

O século XIX e o início do século XX foram marcados pelos últimos "ciclos", sem dúvida os que mais contribuíram para modelar o território. O último e mais curto foi o da borracha. A demanda mundial de pneumáticos cresceu muito rapidamente com o desenvolvimento do automóvel e, para satisfazê-la, instaurou-se todo um sistema.

No patamar superior estavam as casas de importação e exportação de Belém e Manaus, e no inferior, os seringueiros. **A maior parte vinha do Nordeste**, menos atraídos pela borracha do que expulsos pela terrível seca que devastou o sertão a partir de 1877. Mais de um milhão de nordestinos vieram,

assim, instalar-se na Amazônia e muitos ficaram após o desmoronamento do sistema da borracha. Com esse episódio, começou a primeira onda de migrações internas.

A partir de 1910 - quando a Amazônia produzia 80% da borracha mundial -, as plantações inglesas e holandesas do sudeste da Ásia chegaram à maturidade, e a sua produção mais regular e menos dispendiosa que o extrativismo amazônico submergiu e deprimiu o mercado mundial. Durante esse curto período, a Amazônia brasileira foi percorrida, ampliada, e os avanços pioneiros foram oficializados pelos tratados com a maior parte dos países vizinhos, como o de 1903, que permitiu anexar o Acre.

Nesse mesmo período, a onda do café transformou o sul do País e assegurou a sua decolagem econômica. Introduzido no Brasil no século XVIII, o café desenvolveu-se magnificamente. No momento em que a demanda mundial para a nova bebida aumentava, o País podia oferecer climas e solos bem adaptados às exigências dessa planta delicada, encontrando, assim, o novo recurso que lhe faltava para impulsionar a economia.

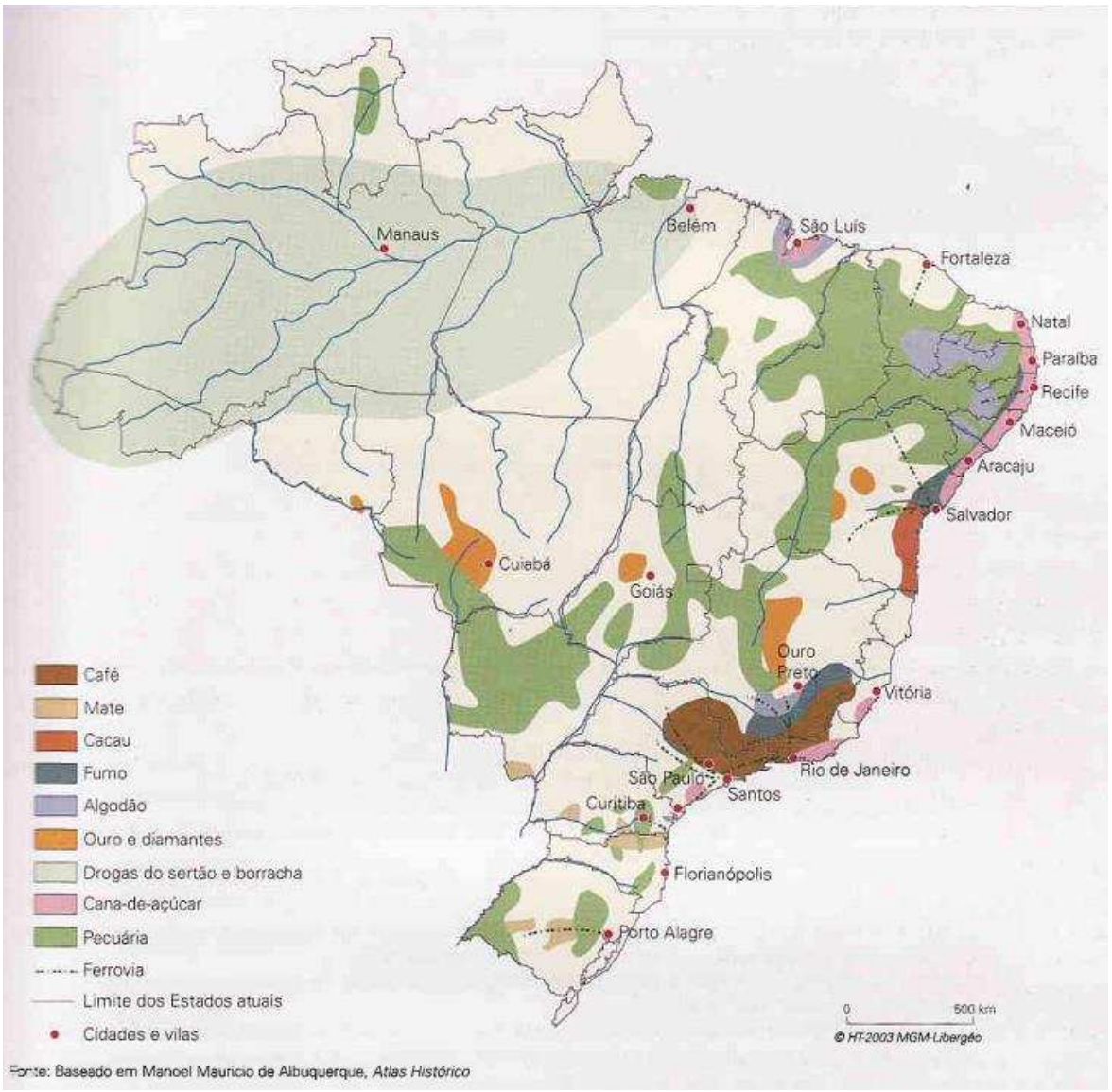
As plantações de café, originalmente próximas do Rio de Janeiro, estenderam-se progressivamente para Minas Gerais e, sobretudo, pelo vale do Paraíba do Sul, para São Paulo.

No entanto, o ciclo do café não constituiu uma réplica tardia e meridional do ciclo do açúcar, sustentado pela mão de obra escrava. Ao fim do Império, seguiu-se à abolição da escravatura, proclamada em 1888. A cultura do café foi inicialmente desorganizada pelo fim da escravidão, mas a resposta foi rapidamente encontrada: substituiu-se a mão de obra escrava, pouco qualificada e evidentemente pouco motivada, por uma mão de obra assalariada ou sob contrato, constituída essencialmente de europeus, cuja imigração era organizada e parcialmente custeada pelos fazendeiros e pelo governo de São Paulo.

Esse brusco fluxo de população permitiu estender as plantações e, em pouco tempo, todo o sistema se organizou em torno da ferrovia, que permitia fazer avançar a frente de desmatamento e exportar o café. Sobre os espigões dos planaltos ocidentais montou-se uma rede que ligava as cidades regularmente espaçadas.

Esse novo ciclo econômico alterou profundamente as estruturas do País. Como os ciclos precedentes, dominou de maneira quase exclusiva a economia nacional, modelou uma nova região, e, posteriormente, começou a declinar. Desta vez, porém, tinham sido introduzidos novos fatores que permitiriam continuar o processo de desenvolvimento em outras bases, e a antiga região do café é hoje notável por muitas outras atividades, que lhe asseguram supremacia na economia brasileira.

A economia e o território no século XIX



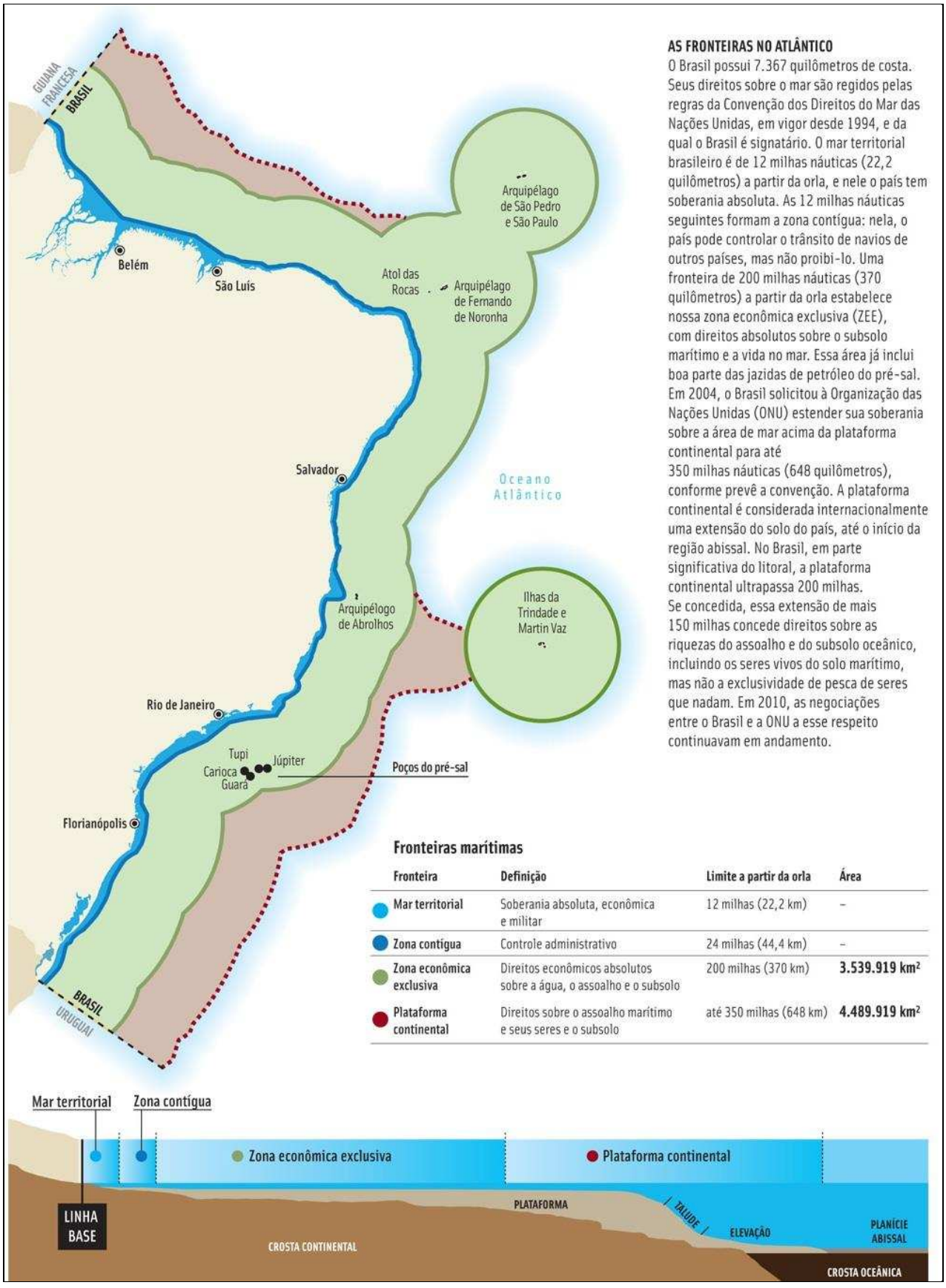
Fonte: Atlas do Brasil (2ª edição)

4. Fronteiras

O Brasil faz fronteira com quase todos os países sul-americanos, exceção feita ao Equador e ao Chile. Suas fronteiras estendem-se por 23.086 km que compreendem uma seção marítima de 7.367 km e outra terrestre, de 15.719 km. São 570 municípios fronteiriços espalhados por 11 estados. Na seção terrestre, o país faz fronteira com Bolívia, Peru, Venezuela, Colômbia, Guiana, Paraguai, Argentina, Uruguai, Suriname e Guiana Francesa, que é um departamento ultramarino da França.

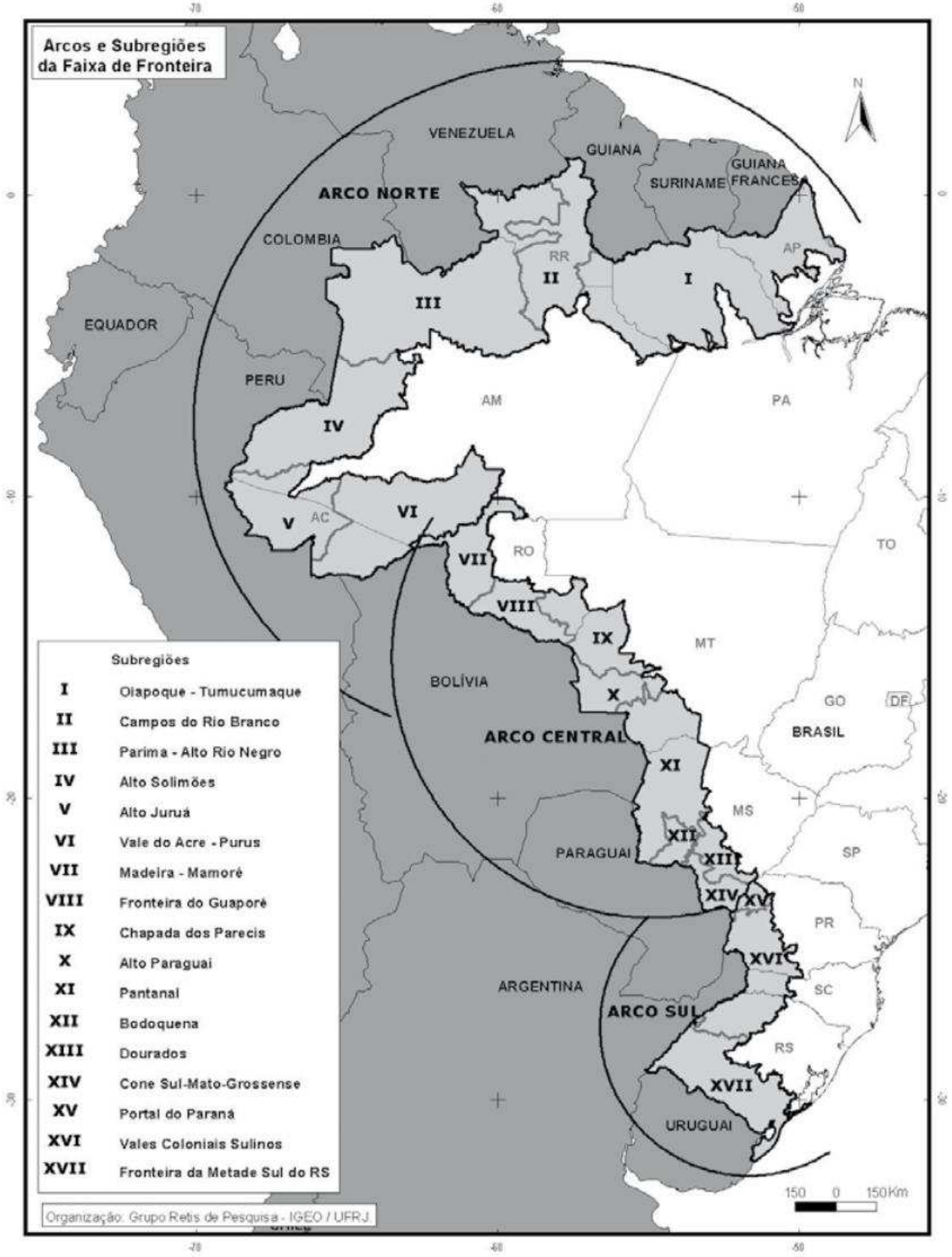
A soberania do Estado aplica-se, integralmente, para o espaço atmosférico sobre o território e se estende sobre a faixa oceânica contígua nos termos da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos do Mar (CNUDM) em vigor desde

novembro de 1994, e, atualmente, ratificada por 156 países. Observe o esquema a seguir:



A Constituição de 1988 considera **faixa de fronteira** uma largura de 150 km ao longo das fronteiras terrestres. Fundamental para a defesa do território nacional, essa área está sujeita a regras especiais de uso do solo, de propriedade e de exploração econômica. Nela, a realização de obras de infraestrutura, tais como aquelas voltadas para transporte, obras de engenharia, como pontes, e a exploração de recursos minerais dependem de autorização especial do governo federal. Por motivos de soberania e de segurança nacional, somente empresas controladas por brasileiros podem atuar na faixa de fronteira.

Brasil: faixa de fronteira



Fonte: BRASIL. Proposta de reestruturação do programa de desenvolvimento da faixa de fronteira. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005. p. 53.

A gênese das fronteiras brasileiras

A extensão do domínio terrestre de um Estado é determinada por linhas de fronteiras, limites que indicam até onde vai o território sobre o qual se exerce a sua soberania. A demarcação e indicação desses limites é direito e dever do Estado.

O Tratado de Madri, firmado em 1750 entre Portugal e Espanha, entrou para a história nacional como um acordo decisivo, que teria gerado as fronteiras do futuro Brasil independente. Mas, efetivamente, ele delimitou apenas alguns trechos das fronteiras, baseados no curso conhecido dos rios Uruguai e Guaporé. Em conjunto, os segmentos de fronteira delimitados no período colonial representam apenas 17% da extensão da atual seção terrestre.

O Império foi responsável pela fixação de pouco mais de metade da extensão total das fronteiras terrestres atuais. Em 1811, o Vice-Reino do Brasil havia anexado a Banda Oriental, até então pertencente ao Vice-Reino do Rio da Prata, que passou a ser denominada de Província Cisplatina. A ocupação permaneceu após as independências da Argentina (1816) e do Brasil (1822), e resultou em conflito armado entre os dois jovens países. O Uruguai nasceu da independência de parte da Banda Oriental, como um Estado tampão entre os dois opositores. Assim, o segmento de limites com o Uruguai foi resultado dos acordos que deram origem ao país vizinho. O segmento de limites foi com o Paraguai fixado no encerramento da Guerra do Paraguai (1864-70), que envolveu o Brasil e a Argentina. As outras divisórias delimitadas no Império foram delimitadas a partir de acordos com os países vizinhos.

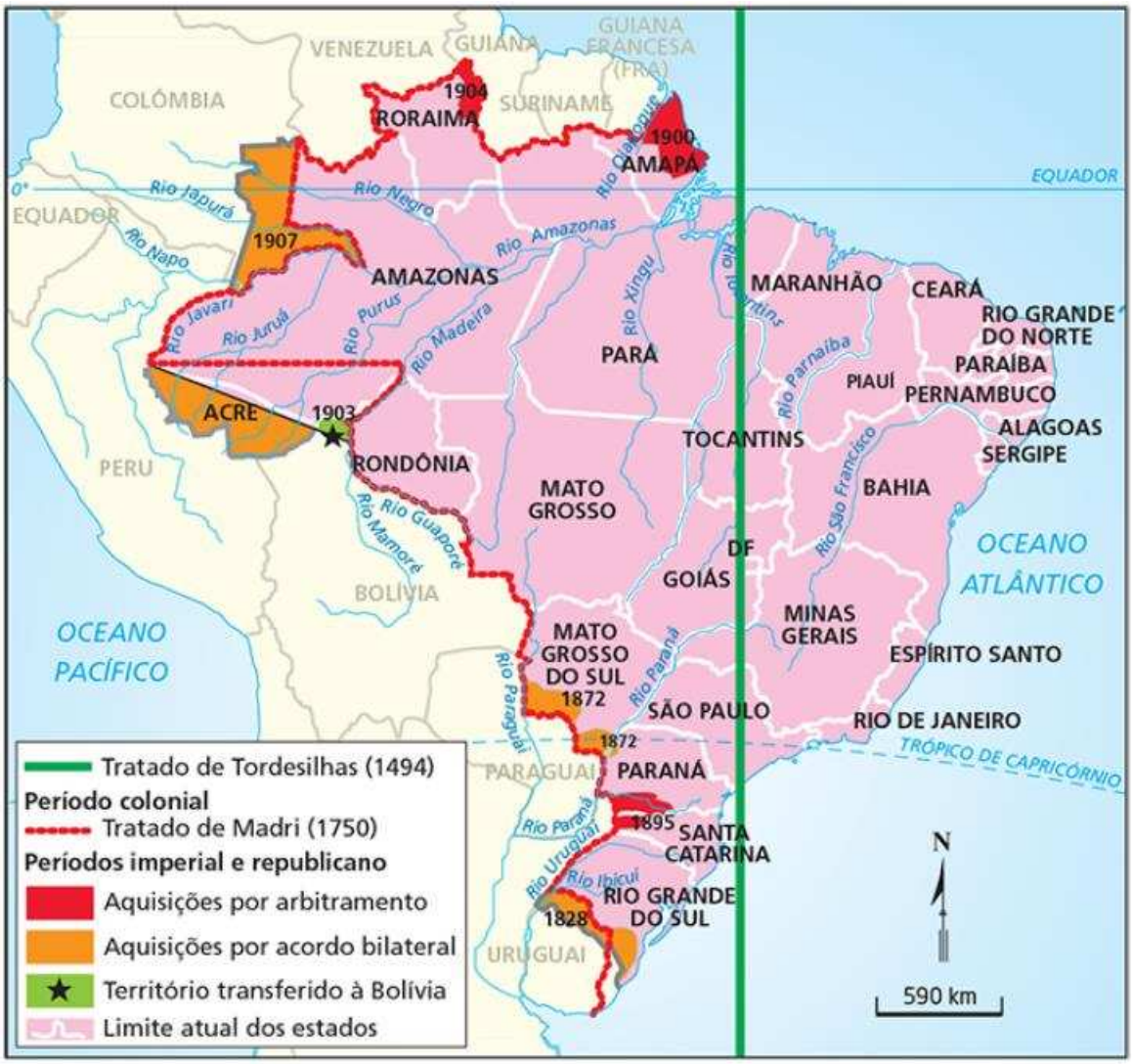
O início do período republicano foi marcado pela figura de José Maria da Silva Paranhos, o Barão do Rio Branco, que ocupou o Ministério das Relações Exteriores de 1902 a 1912. Aproximadamente um terço da seção terrestre das fronteiras brasileiras foi delimitada neste período.

Na negociação que firmou os segmentos de fronteira com a Argentina, Rio Branco consolidou a posse do oeste dos territórios que hoje pertencem aos estados do Paraná e de Santa Catarina.

Na Amazônia, Rio Branco delimitou o segmento de limites com a Guiana Francesa, garantindo para o Brasil a posse do território do atual Amapá, com a Guiana Inglesa e com a Colômbia, ainda que nesse último caso o tratado de limites só tenha sido ratificado em 1928.

Além disso, Rio Branco negociou também o Tratado de Petrópolis (1903), por meio do qual o Brasil adquiriu da Bolívia o território que atualmente pertence ao Acre.

Brasil: Expansão das Fronteiras (séculos XV a XX)



Fonte: Atlas Nacional do Brasil. 3. Ed. Rio de Janeiro. IBGE 2000.

Fronteiras: colaboração e segurança

No Brasil, como em outros países, as fronteiras eram consideradas faixas de segurança, ou seja, de proteção. Com as fronteiras reconhecidas e em época de paz, os países da América do Sul procuraram valorizar a interação e o intercâmbio cultural. A expansão do comércio mundial e da globalização reforçou a ideia de fronteiras como um espaço de integração econômica. Nesse sentido, apesar da preocupação com a segurança no âmbito regulatório, no Brasil as fronteiras estão sendo, na prática, reavaliadas sob a ótica da integração e das novas relações com as nações democráticas sul-americanas.

Amazônia internacional

Grande parte da extensão de nossas fronteiras internacionais encontra-se na região amazônica. A Amazônia internacional é formada pela floresta equatorial e por seus ecossistemas associados e abrange oito países - Brasil, Peru, Bolívia, Equador, Colômbia, Venezuela, Guiana e Suriname - e a Guiana Francesa. Com cerca de 7,8 milhões de km², a maior parte dessa área é marcada pelos climas quentes e úmidos e está assentada no interior da bacia fluvial amazônica.

Amazônia internacional



Fonte: RICARDO, Beto. Amazônia sob Pressão/Raisg. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2012.

Com exceção da Guiana Francesa, departamento ultramarino da França, os outros países participam da **Organização do Tratado de Cooperação Amazônica** (OTCA), implementada com o tratado de Cooperação Amazônica, assinado em 1978. O tratado reconhece a soberania dos países amazônicos e se propõe a promover ações conjuntas para preservação do meio ambiente, o uso racional dos recursos naturais e o desenvolvimento regional da Amazônia. A Coordenação de Assuntos Indígenas do Tratado procura implementar a participação dos povos indígenas nas ações ou em processos de desenvolvimento regional que os afetem. O Brasil ocupa posição de destaque nas políticas da OTCA, pois abriga mais de 64% da região.

Essas ações conjuntas, no entanto, são insuficientes para resolver todos os problemas comuns aos países fronteiriços. Na Amazônia internacional, por exemplo, as diversas atividades econômicas e projetos de infraestrutura aceleram as queimadas e o desmatamento, afetando os povos indígenas que aí

vivem. Entre as atividades econômicas estão a extração de minérios, a exploração de petróleo, a construção de estradas e de hidroelétricas.

Vigilância nas fronteiras

Existem poucos postos de fronteira, além de serem esparsos, considerando a grande extensão territorial do país, e ainda faltam efetivo policial, equipamentos e tecnologia para atingir os objetivos de garantir a vigilância das fronteiras brasileiras. Devido a esses fatores, nossas fronteiras terrestres são suscetíveis a vários tipos de ilícitos, que ocorrem também em outras partes do país e nas fronteiras marítimas. No entanto, essas ações ilegais se restringem ao âmbito policial e não ameaçam a soberania nacional. Nas Regiões Sul e Centro-Oeste, a vigilância das faixas de fronteira terrestre é maior, pois essas áreas são mais povoadas, havendo, portanto, maior tráfego de pessoas e de mercadorias.

O Estado brasileiro vem implantando ações que visam atuar de maneira integrada no monitoramento e na segurança das fronteiras brasileiras.

Eventos criminosos na faixa de fronteira



Fonte: Ministério da Justiça

Ações de fronteira

Em 1985, o projeto **Calha Norte** foi criado, dentro da concepção militar, com o objetivo de promover a ocupação e o desenvolvimento ordenado e sustentável da região amazônica. Recebeu esse nome porque no início o projeto estava limitado apenas à área norte do Rio Amazonas, e hoje abrange toda a região amazônica. Foram instalados diversos postos militares na fronteira cujos objetivos eram também o povoamento e a garantia da soberania nacional. De fato, a Amazônia, por seu enorme potencial natural (grande biodiversidade, riquezas minerais, maior reserva de água doce do mundo), é uma região estratégica.

Com o objetivo de aumentar a presença do Estado nas faixas de fronteira marítimas e terrestres, especialmente na Amazônia, foi instalado o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron), um sistema de vigilância e monitoramento, promovendo a integração regional, estimulando a cooperação militar com os países vizinhos na proteção da biodiversidade e das populações indígenas e aumentando a sensação de segurança na área.

A efetivação do Sisfron prevê a obtenção de equipamentos militares, como radares e drones, e de telecomunicação, além da ampliação do efetivo militar na área.

Fronteiras e povos indígenas

A Constituição Federal de 1988 reconhece e assegura a demarcação das extensas terras indígenas na faixa de fronteira internacional. Segundo o Instituto Socioambiental:

Muitos povos indígenas que vivem na faixa de fronteira não têm nem sequer as palavras limites ou território em seu vocabulário. Eles entendem esses conceitos como o espaço onde podem retirar seus meios de sobrevivência. Por essa razão, se estendem pela floresta, abrangendo, muitas vezes, áreas de dois ou mais países, como os Ashaninka (Peru e Brasil) e os Yanomami (Venezuela e Brasil).

Das mais de 600 terras indígenas identificadas no Brasil, cerca de 180 estão na faixa de fronteira. Nelas, há 45 tribos com territórios transfronteiriços. Quando um território indígena está situado em dois países, seus habitantes podem transitar livremente de um país para o outro.

Cidades gêmeas

Há diversas cidades brasileiras em fronteira que se caracterizam pela integração urbana com cidades de países vizinhos. Muitas vezes, não há um rio ou outro elemento natural que separe a cidade brasileira de sua "irmã gêmea" de outro país. Geralmente, a divisão é feita por uma rua, ficando o Brasil de um lado e o país vizinho do outro. Vem crescendo o número de cidades fronteiriças com essa característica, atualmente, são 29 cidades brasileiras assim. O

Ministério da Integração Nacional, nesse contexto, definiu, em 2014, como cidades gêmeas:

"Os municípios cortados pela linha de fronteira, seja essa seca ou fluvial, integrada ou não por obra de infraestrutura, que apresentem grande potencial de integração econômica e cultural, podendo, ou não, apresentar unificação da malha urbana com cidade do país vizinho. Não serão consideradas cidades gêmeas aquelas com população inferior a 2 mil habitantes."

Não são muitas as cidades gêmeas nas faixas de fronteira do Brasil com os países vizinhos. Elas se concentram principalmente no Rio Grande do Sul (fronteira com Argentina e Uruguai), seguido pelo Mato Grosso do Sul, na fronteira com o Paraguai. Esse reduzido número de cidades gêmeas é reflexo da própria história da colonização e povoamento da América do Sul, que se concentrou no litoral do Atlântico, no caso do Brasil, e nos Andes, na América espanhola.

A existência dessas cidades favorece a integração econômica, política e cultural entre os países, visto que há grande fluxo de pessoas, comércio internacional e capitais. Não raro, infraestruturas são construídas para atender ambas as cidades, como também benfeitorias, favorecendo o desenvolvimento regional bilateral.

São exemplos de cidades gêmeas: Ciudad del Leste (Paraguai) e Foz do Iguaçu; Pedro Juan Caballero (Paraguai) e Ponta Porã; Pedro Rivera (Uruguai) e Uruguaiana; Leticia (Colômbia) e Tabatinga, entre outras.

5. Brasil: divisão político-administrativa e organização federativa

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a estrutura territorial brasileira é dividida da seguinte forma: **Unidades da Federação (UF), Macrorregiões ou Regiões, Regiões Geográficas Intermediárias, Regiões Geográficas Imediatas e Municípios**.

As **Unidades da Federação** do Brasil são entidades autônomas, com governo e constituição próprias, que em seu conjunto constituem a República Federativa do Brasil. Atualmente, o Brasil se divide em 27 UF's, sendo 26 estados e um distrito federal.

A **Macrorregião ou Região** reúne estados com traços físicos, humanos, econômicos e sociais comuns, o que ajuda no planejamento de políticas voltadas para áreas com necessidades semelhantes. Atualmente, o Brasil se divide em cinco regiões: **Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul**.

As **Regiões Geográficas Intermediárias** correspondem a uma escala intermediária entre as Unidades da Federação (Estados) e as Regiões Geográficas Imediatas. Elas articulam as Regiões Geográficas Imediatas através de funções urbanas de maior complexidade, como serviços médicos especializados, grandes universidades ou aeroportos.

As **Regiões Geográficas Imediatas** têm na rede urbana o seu principal elemento de referência. Essas regiões são estruturadas a partir de centros urbanos próximos para a satisfação das necessidades imediatas das populações, tais como: compras de bens de consumo duráveis e não duráveis; busca de trabalho; procura por serviços de saúde e educação; e prestação de serviços públicos, como postos de atendimento do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, do Ministério do Trabalho e de serviços judiciários, entre outros. São limitadas a uma estrutura composta por, no mínimo, 5 municípios e, no máximo, 25 municípios, além de ter uma população mínima aproximada de 50 mil habitantes.



As **Regiões Geográficas Intermediárias** e as **Regiões Geográficas Imediatas** são uma nova divisão regional feita pelo IBGE no ano de 2017. Elas substituem a antiga regionalização por Mesorregiões e Microrregiões. Segundo o IBGE, "essa divisão do território não altera ou substitui a divisão político-administrativa do território em municípios, Unidades da Federação e Grandes Regiões. Trata-se de mais uma opção, uma construção do conhecimento geográfico, delineada pela dinâmica dos processos de transformação ocorridos recentemente e operacionalizada a partir de elementos como rede urbana e fluxos de gestão, entre outros, capazes de distinguir espaços regionais em escalas adequadas". Simplificando: são uma atualização da antiga divisão de Mesorregiões e Microrregiões, adaptadas ao contexto social, político e econômico atual, que incorporam novos conceitos, como os "arranjos populacionais" e as "regiões de influência das cidades".

O **Município** é a divisão administrativa autônoma da UF. São as unidades de menor hierarquia dentro da organização político administrativa do Brasil, criadas por meio de leis ordinárias das Assembleias Legislativas de cada Estado e sancionadas pelo Governador. Constitui-se do distrito-sede, que compreende a zona urbana, e dos distritos ou zona rural ao seu entorno, caso existam. Em 2013, o IBGE registrou 5.570 municípios no país. O Distrito Federal não se divide em municípios.

6. A divisão regional

Conforme já dissemos, a divisão do Brasil em regiões é atribuição do IBGE e tem o objetivo de reunir estados com traços físicos, humanos, econômicos e sociais comuns, o que ajuda no planejamento de políticas voltadas para áreas com necessidades semelhantes. Várias divisões regionais do território foram

estabelecidas no decorrer da história do Brasil. A primeira surgiu em 1913 e era baseada apenas em aspectos físicos. A partir de 1940, a divisão leva em conta aspectos socioeconômicos. A atual está em vigor desde 1970 e criou cinco regiões: Centro-Oeste, Nordeste, Norte, Sudeste e Sul. Ela sofreu algumas alterações depois das mudanças introduzidas pela Constituição de 1988. O Estado do Tocantins é criado e passa a fazer parte da Região Norte. Roraima e Amapá deixam de ser territórios federais e transformam-se em estados. Fernando de Noronha é incorporado ao Estado de Pernambuco.



7. Os complexos regionais

Na década de 1960, quando o governo brasileiro ainda estudava a melhor divisão territorial para o país, o geógrafo Pedro Geiger elaborou uma proposta de regionalização baseada nos aspectos geoeconômicos.

A referida proposta se baseia no processo histórico de formação do território brasileiro, levando em consideração, especialmente, os efeitos da industrialização. Dessa forma, a proposta busca refletir a realidade do país e compreender seus mais profundos contrastes. Essa organização regional favorece a compreensão das relações sociais e políticas do país, pois associa os espaços de acordo com suas semelhanças econômicas, históricas e culturais.

De acordo com Geiger, são três as **regiões geoeconômicas: Amazônia, Centro-Sul e Nordeste**.

Diferentemente da divisão proposta pelo IBGE, os complexos regionais não se limitam apenas às fronteiras entre os Estados. Nessa regionalização, o norte de Minas Gerais, por exemplo, encontra-se no Nordeste, enquanto o restante do território mineiro está localizado no Centro-Sul.

A região geoeconômica Amazônia é a maior delas e a que possui o menor número de habitantes do país. Em muitos pontos da região, acontecem os chamados "vazios demográficos". A maioria da população está localizada nas duas principais capitais do complexo, Manaus e Belém.

Na economia, predominam o extrativismo animal, vegetal e mineral. Destacam-se também o polo petroquímico da Petrobras e a Zona Franca de Manaus.

A região geoeconômica Centro-Sul é a que possui a economia mais poderosa do país. São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte são as cidades de maior destaque. O Centro-Sul é o principal destino de migrantes de diversos pontos do país e onde se encontra cerca de 70% de toda a população brasileira.

Possui a economia mais diversificada, baseada na agricultura de exportação e, principalmente, na indústria. É responsável pela produção da maior parte do Produto Interno Bruto nacional.

Historicamente, a região geoeconômica do Nordeste é a mais antiga do Brasil. É também a mais pobre das regiões, e a que apresenta alguns dos mais graves problemas sociais.

Nas últimas décadas, no entanto, estão acontecendo mudanças estruturais nas atividades produtivas dessa região que podem alterar seu prejudicado quadro social. Muitas indústrias que saíram do Sudeste escolheram essa região graças aos incentivos governamentais, como descontos nos impostos. Além disso, vêm surgindo grandes polos de desenvolvimento fomentados pelo Estado, como Petrolina (PE) e Juazeiro (BA), que se contrapõem cada vez mais à estrutura produtiva rural dominada pelos latifúndios.

Outra mudança no espaço geográfico vem ocorrendo com o avanço da soja, especialmente no oeste da Bahia e no sul do Piauí e do Maranhão. O setor de serviços vem avançando, em parte, muito ligado à estrutura turística, que apresenta enorme crescimento em toda a região.

Regiões Geoeconômicas



Fonte: Conexões – Estudos de Geografia Geral e do Brasil

Os geógrafos Milton Santos e Maria Laura Silveira partiram do conceito de "meio técnico científico informacional" para propor outra regionalização do espaço, considerando o princípio de que as técnicas, as informações e as finanças se distribuem desigualmente pelo território brasileiro, determinando quatro regiões. A **Região Amazônica** caracteriza-se por baixas densidades demográficas e técnicas. A **Região Nordeste** foi a primeira a ser povoada, apresentando agricultura menos mecanizada que a **Região Centro-Oeste**, onde a agricultura é intensamente produtiva e moderna. Por fim, a **Região Concentrada** é a mais povoada, industrializada e conta com melhor infraestrutura de transporte, comércio, reunindo os principais meios técnicos e concentrando as finanças do país.

Divisão regional segundo o meio técnico-científico e informacional



Fonte: SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI.

8. Sistema de governo

O Brasil é uma República federativa presidencialista. O **presidencialismo** é um regime político chefiado por um presidente da República, que acumula as funções de chefe de Estado e chefe de governo. O termo federativo indica que os estados estão unidos numa federação, mas mantêm relativa autonomia. No Brasil, o presidente da República é eleito por voto direto para um período de quatro anos, podendo ser reeleito para mais quatro anos, assim como os governadores dos estados e os prefeitos dos municípios.

A **Constituição** é a Lei Maior que rege a vida de um país. De acordo com a Constituição Federal de 1988, existem três poderes da União, independentes

e harmônicos entre si: o Legislativo, o Executivo e o Judiciário. O primeiro, constituído pelo Senado Federal e pela Câmara dos Deputados, elabora as leis do país; o Executivo encarrega-se da administração e do encaminhamento das políticas públicas; e o judiciário é exercido em suas instâncias mais altas pelo Supremo Tribunal Federal e pelo Superior Tribunal de Justiça. Dos três poderes, é o único cujos titulares não são eleitos pela população.

Os estados e municípios elegem os representantes do Executivo e do Legislativo estadual e municipal. Os primeiros são regidos por Leis Orgânicas municipais e os segundos por Constituições estaduais, cujos princípios não podem contrariar os da Constituição Federal e estadual.

O sistema político brasileiro é a **democracia**, caracterizada, entre outros aspectos, pela garantia do direito de voto e pelo respeito aos direitos individuais e coletivos e às decisões dos cidadãos expressas nas eleições. Entretanto, o país já conheceu períodos de autoritarismo, em que as liberdades individuais e políticas são suprimidas ou restritas, como ocorreu durante o Estado Novo (1937-1945) e o regime militar (1964-1985).

O voto no Brasil é obrigatório para as pessoas de 18 a 70 anos, e opcional aos analfabetos, aos que têm mais de 70 anos ou estão na faixa entre 16 e 18 anos. Mas nem sempre foi assim. Durante o Império, existiu o chamado voto **censitário**, em que pessoas com baixa renda não tinham direito a eleger seus representantes. As mulheres só adquiriram o direito de votar em 1932, e os analfabetos, em 1985.

Entre os fatores que reforçaram a democracia brasileira, pode-se destacar o aumento do número de organizações não governamentais (ONGs), de conselhos estaduais e municipais e de outros órgãos que constituem importantes instrumentos e espaços de interação entre o governo e a sociedade civil e da participação popular na vida política do país.

QUESTÕES COMENTADAS

01) (FGV/IBGE/2016 – TÉCNICO EM INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS E ESTATÍSTICAS A I) "(...) De outro lado, o número de gaúchos que, a partir de 1940, passaram a habitar outras unidades da Federação, também cresceu. A emigração no Estado aumentou significativamente até os anos 70, tendo como destinos preferenciais Santa Catarina e Paraná. Nas décadas seguintes o fluxo de gaúchos teve como destino predominante a região Centro-Oeste. Em 2010 o Censo identificou 1.066.500 gaúchos residindo em outros estados brasileiros."

Fonte: Atlas Socioeconômico do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: http://www.atlassocioeconomico.rs.gov.br

O Centro-Oeste recebeu um contingente significativo de migrantes do Rio Grande do Sul, sobretudo a partir da década de 1980, em função:

(A) do extrativismo da erva-mate;

(B) da proliferação dos tecnopolos;

(C) da expansão da fronteira agrícola;

(D) da polarização das metrópoles;

(E) do crescimento da silvicultura.

COMENTÁRIOS:

Desde a "Marcha para o Oeste", no Governo Vargas, que o Centro-Oeste é área de expansão da fronteira agrícola. Recebeu um significativo contingente de migrantes do Rio Grande do Sul, a partir da década de 1980. Até hoje, migrantes gaúchos continuam a chegar ao Centro-Oeste. A região recebe migrantes de todas as regiões do Brasil pela sua ainda condição de fronteira agrícola e de polo dinâmico do agronegócio no Brasil.

Gabarito: C

02) (FGV/IBGE/2016 – TÉCNICO EM INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS E ESTATÍSTICAS A I) A Carta Constitucional de 1988 define as terras indígenas como as "terras tradicionalmente ocupadas pelos índios e por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições".

Nas disposições Constitucionais Transitórias, fixou-se em cinco anos o prazo para que todas as Terras Indígenas no país fossem demarcadas. Contudo, isso não ocorreu, e as Terras Indígenas no Brasil se encontram em diferentes situações jurídicas.

Adaptado de: Instituto Socioambiental. Povos Indígenas no Brasil. Disponível em: pib.socioambiental.org

A Constituição Federal de 1988 estabelece a natureza originária dos direitos dos índios sobre as terras que tradicionalmente ocupam e reconhece a eles:

(A) o domínio provisório dessas terras e sua transmissão por doação ou herança aos descendentes;

(B) a utilização compartilhada dessas terras com os ocupantes não-índios e a autorização para arrendá-las;

(C) a propriedade vitalícia dessas terras e o direito de vendê-las após a conclusão do processo de demarcação;

(D) a posse permanente dessas terras e o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e das lagoas nelas existentes;

(E) o uso transitório dessas terras e seu aproveitamento até que sejam incorporadas ao patrimônio fundiário da União.

COMENTÁRIOS:

Dispõe o art. 231, § 2º, da Constituição Federal, que "As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes".

Gabarito: D

03) (UFMT/DETRAN/2015 – AGENTE FISCAL DE TRÂNSITO) O que se denominou "Marcha para o Oeste" foi

(A) a marcha da Coluna Prestes pelo interior de Mato Grosso, chamando o povo para a insurgência contra o Governo Federal.

(B) a viagem de Mário de Andrade por Mato Grosso com artistas estrangeiros durante sua fase modernista.

(C) a incursão das forças armadas brasileiras contra os insurgentes da Rusga visando a sua destruição.

(D) o projeto do governo Getúlio Vargas no período do Estado Novo, para integrar e desenvolver o interior do Brasil, inclusive o estado de Mato Grosso.

COMENTÁRIOS:

A "**Marcha para o Oeste**" foi um projeto dirigido pelo governo Getúlio Vargas, no período do Estado Novo, para ocupar e desenvolver o interior do Brasil. Tal projeto foi lançado na véspera de 1938 e, nas palavras de Vargas, a Marcha incorporou "o verdadeiro sentido de brasilidade", uma solução para os infortúnios da nação.

Apesar do extenso território, o Brasil havia prosperado quase que exclusivamente na região litoral, enquanto o vasto interior mantinha-se estagnado, vítima da política mercantilista colonial, da falta de estradas viáveis e de rios navegáveis, do liberalismo econômico e do sistema federalista que caracterizaram a República Velha (1889-1930).

Mais de 90% da população brasileira ocupava cerca de um terço do território nacional. O vasto interior, principalmente as regiões Norte e Centro-oeste, permanecia esparsamente povoado. Muitos índios fugiram para o interior justamente por estas razões. Mas os seus dias de isolamento, anunciava o governo de então, estavam contados.

Até a segunda metade do século XX, o Brasil Central continuava a ser uma área desconhecida para a maior parte dos brasileiros, carregando ares mitológicos devido a seu território pouco desbravado e hostil. No censo de 1940, por exemplo, o sul mato-grossense contava com somente 238.640 habitantes. Esse que era considerado um vazio populacional no Mato Grosso do Sul passou, a partir de então, a servir de atrativo para empresas colonizadoras entusiasmadas com o sucesso de suas similares empreitadas nos estados de São Paulo e Paraná.

A ocupação do centro-oeste visava também ser uma etapa preliminar à ocupação da Amazônia. Em Goiás, foi instalada a primeira colônia agrícola, em 1941, na cidade de Ceres, a Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG).

Os Objetivos da Marcha para o Oeste eram, basicamente:

- Política demográfica de incentivo à migração;
- Criação de colônias agrícolas;
- Construção de estradas;
- Reforma Agrária;
- Incentivo à produção agropecuária de sustentação.

Em boa parte, tal sonho progressista se concretizou. Transcorrida por cerca de quarenta anos, a Marcha para o Oeste fundou cerca de 43 vilas e cidades, construiu 19 campos de pouso, contatou mais de cinco mil índios e percorreu 1,5 mil quilômetros de picadas abertas e rios.

Gabarito: D

04) (CESGRANRIO/IBGE/2014 – AGENTE DE PESQUISAS E MAPEAMENTO)

Os portugueses introduziram, pioneiramente, na África e no Brasil, um tipo de agricultura apoiada na monocultura açucareira em grandes propriedades, com mão de obra constituída predominantemente de escravos. Toda a produção era embarcada em navios com destino à Europa. Esse tipo de agricultura persiste até hoje no Brasil, com o protagonismo das exportações de produtos tropicais.

MAGNOLI, D. e ARAUJO, R. Geografia geral e do Brasil. São Paulo: Moderna, 1997, p. 239. Adaptado.

A atividade agrícola descrita acima é denominada agricultura de

a) jardinagem
b) regadio
c) subsistência
d) precisão
e) plantation

COMENTÁRIOS:

O **plantation** foi um sistema de exploração colonial utilizado entre os séculos XV e XIX principalmente nas colônias europeias da América, na portuguesa, em alguns locais das colônias espanholas e também nas colônias inglesas britânicas. Ele possui quatro características principais: grandes latifúndios, monocultura, trabalho escravo e exportação para a metrópole.

Por meio dos grandes latifúndios, com suas extensas terras, era possível produzir, em grande escala, um único produto, o que se denomina de monocultura. No Brasil, utilizou-se, inicialmente, a cana de açúcar, mas, depois, veio o algodão, o fumo e o café. Geralmente eram produtos tropicais plantados nesses latifúndios.

Esses produtos tinham boa acolhida na Europa, o que levava essa produção a se destinar quase que exclusivamente ao comércio externo com as

metrópoles europeias, suprindo o mercado desses locais. A mão de obra utilizada no plantation era a escrava, quase que exclusivamente composta por africanos escravizados.

Gabarito: E

05) (CESGRANRIO/IBGE/2014 – AGENTE DE PESQUISAS E MAPEAMENTO) Território federal é uma denominação brasileira para uma categoria específica de divisão administrativa. Os territórios federais integram diretamente a União, sem pertencerem a qualquer estado, e podem surgir da divisão de um estado ou desmembramento, dele exigindo-se aprovação popular através de plebiscito e lei complementar.

Com a extinção dos territórios federais no Brasil pela Constituição Federal de 1988, a seguinte unidade político-administrativa tornou-se estado da federação:

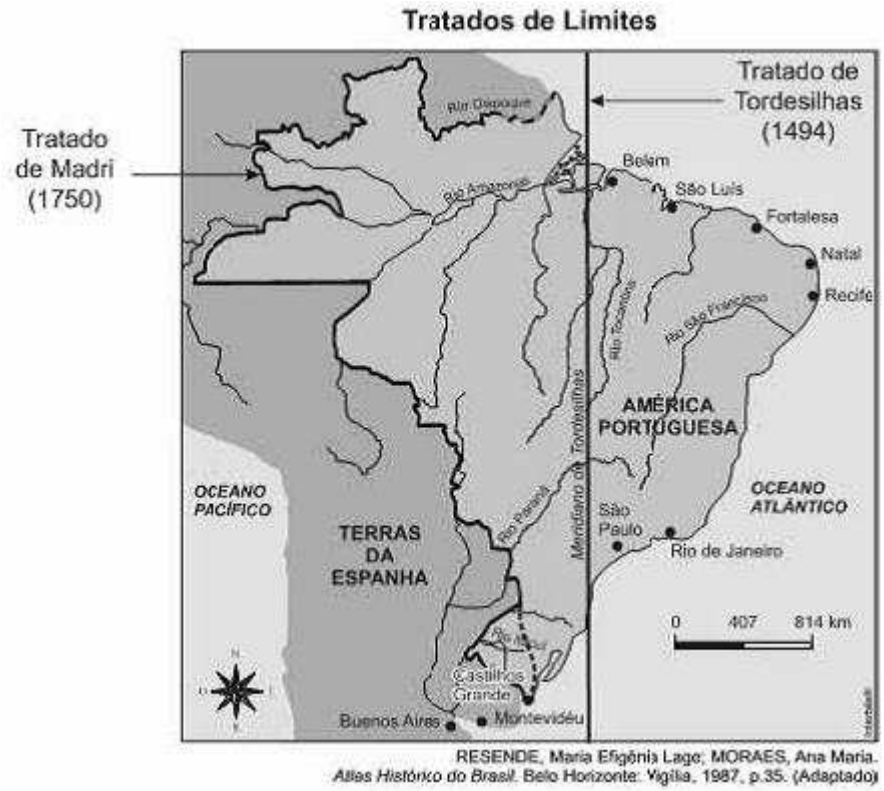
a) Tocantins
b) Amapá
c) Rondônia
d) Pará
e) Pernambuco

COMENTÁRIOS:

Tocantins não era um território. Foi criado pela constituição de 1988, com o desmembramento de Goiás. Rondônia, como o 23º Estado da Federação, foi criado em 1981. Os territórios federais do Amapá e de Roraima foram transformados em estados federados pela Constituição de 1988.

Gabarito: B

06) (FGV/ASSEMBLEIA LEGISLATIVA MT/2013 – NÍVEL SUPERIOR) Analise o mapa a seguir.



RESENDE, Maria Efigênia Lage; MORAES, Ana Maria. *Atlas Histórico do Brasil*. Belo Horizonte: Vigília, 1987, p.35. (Adaptado)

Assinale a alternativa que descreve corretamente a consolidação do território português na América, de acordo com os tratados assinalados no mapa acima.

(A) A atual região de Mato Grosso passou a pertencer à Espanha a partir de 1750.

(B) A assinatura do Tratado de Madri foi fruto do avanço da colonização portuguesa para o Oeste.

(C) O Tratado de Madri foi pré-condição para o início das expedições dos bandeirantes paulistas.

(D) A expansão lusa em 1750 permitiu a exploração da nova região do Acre, até então da Bolívia.

(E) A Coroa portuguesa se beneficiou com o Tratado de 1750, obtendo a posse da Colônia de Sacramento.

COMENTÁRIOS:

(A) **Incorreta.** A partir do Tratado de Madri, em 1750, a atual região de Mato Grosso passou a pertencer a Portugal.

(B) **Correta.** A assinatura do Tratado de Madri foi fruto do avanço da colonização portuguesa para o Oeste. Naquele período, Portugal já havia expandido a colonização para o extremo oeste do Brasil. E, pelo princípio do *uti possidetis*, utilizado no tratado, as terras do atual Mato Grosso passaram a pertencer à Coroa portuguesa.

(C) **Incorreta**. O Tratado de Madri foi assinado em 1750, no século XVIII. Muito antes, no século XVI, as expedições dos bandeirantes paulistas já penetravam no território de Mato Grosso.

(D) **Incorreta.** Verifique o mapa acima e veja que, pelos limites do Tratado de Madri, o Acre não passou a pertencer ao Brasil, continuou fazendo parte da Bolívia.

(E) **Incorreta.** Pelo Tratado de Madri, a Coroa portuguesa cedeu a posse da Colônia de Sacramento (atual Uruguai) para a Coroa espanhola.

Gabarito: B

07) (CESGRANRIO/IBGE/2013 – TÉCNICO EM INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS E ESTATÍSTICAS A I) Na formação territorial brasileira, a atuação dos bandeirantes foi responsável pelo combate aos índios considerados agressores ou opositores à conquista do interior, e também pela captura de negros fugidos das grandes plantações e pela destruição de quilombos. Essa estratégia colonizadora correspondeu a uma verdadeira ação exterminadora dos indígenas no nordeste do País, sob o comando de vários bandeirantes paulistas, sobretudo no século XVII.

A estratégia colonizadora acima mencionada denomina-se

a) urbanismo rural
b) missões jesuíticas
c) desenvolvimentismo
d) sertanismo de contrato
e) Plano Nacional de Desenvolvimento

COMENTÁRIOS:

As bandeiras eram expedições particulares que penetraram o interior da América colonial portuguesa. Não respeitavam o limite do Tratado de Tordesilhas. Em geral, começavam a partir da Vila de São Paulo de Piratininga, na Capitania de São Vicente (hoje São Paulo). Visavam primeiramente à

prospecção do território e de metais preciosos. Também se dedicavam ao apresamento de índios para escravização.

Muitas bandeiras foram financiadas por grandes latifundiários, mineradores e comerciantes, dedicadas ao combate aos índios considerados agressores ou opositores à conquista do interior, e também pela captura de negros fugidos das grandes plantações e pela destruição de quilombos, o que ficou conhecido como o sertanismo de contrato.

Gabarito: D

08) (CESPE/TJ RO/2012 – CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR) O recrutamento de colonos para povoar regiões consideradas estratégicas por Portugal em sua colônia americana foi uma das medidas políticas empreendidas pelo Marquês de Pombal, por meio de uma política colonial claramente mercantilista, com o objetivo de fortalecer o poder da realeza e reduzir históricos privilégios concedidos a comerciantes ingleses.

Nesse sentido, a decisão tomada pelo governo de Lisboa de enviar colonos provenientes dos Açores e de Mazagão, no norte da África, para a região Norte brasileira foi motivada

A) pela expansão da produção aurífera ao longo do século XVIII, cujo andamento das atividades dependia do fornecimento de gêneros alimentícios produzidos nos mais diversos pontos da colônia.

B) pela necessidade de controle do território do Norte, que permitiria ao governo de Portugal ampliar seus domínios americanos e, a partir do mapeamento hidrográfico da Amazônia, controlar a estratégica bacia platina.

C) pelo fato de as correntes migratórias externas poderem substituir, com vantagem, as populações nativas que, nesse contexto, haviam sido dizimadas em larga medida.

D) pelo comprovado sucesso do emprego de mão de obra imigrante nas lavouras de café no centro-sul da colônia, fato que indicava bons prognósticos para sua utilização na Amazônia.

E) pela urgente necessidade de povoar o Norte do Brasil, uma vez que, em face da crescente pressão exercida por Inglaterra, França e Holanda, era preciso integrar a área às demais regiões da colônia.

COMENTÁRIOS:

O território atual do Brasil é quase três vezes maior que aquele delimitado pelo Tratado de Tordesilhas. O pequeno reino português conseguiu um feito memorável de, em menos de três séculos, expandir territorialmente a colônia brasileira pela maior parte da América do Sul. Nesta expansão territorial tratava-se de ocupar, de povoar e de controlar os territórios penetrados. Para isto, Portugal enviava colonos às frentes de expansão, seja no norte, oeste ou sul do Brasil.

Gabarito: E

09) (CESPE/IRB/2011 – DIPLOMATA) Com relação à geografia moderna, estruturada no século XIX, julgue (C ou E) o item subsequente.

A colonização da região que atualmente corresponde ao Nordeste do Brasil ocorreu, de modo geral, do litoral para o interior, relacionando-se a ocupação das zonas mais próximas do litoral à produção açucareira, e a de áreas mais interiores, à pecuária e à cultura do algodão.

COMENTÁRIOS:

A colonização portuguesa na região Nordeste teve início no século XVI com a implantação da produção açucareira – lavoura e engenho – na faixa litorânea do Brasil. A partir do século XVII, a fronteira produtiva expandiu-se para o interior da região, com a pecuária e a cultura do algodão.

A ocupação do território brasileiro iniciou pelo litoral e expandiu-se para o interior do país.

Gabarito: Certo

10) (FUNCAB/SESAU RO/2009 - MÉDICO) O período compreendido entre 1877 e 1910 ficou conhecido no Brasil como "Primeiro Ciclo da Borracha". Extraía-se a borracha na Amazônia, principalmente entre o Brasil e a Bolívia, onde está situado o Estado de Rondônia. Um pouco depois, a produção brasileira entrou em decadência. Podemos apontar como causa principal do declínio desta produção:

a) o isolamento da Região Norte;

b) a falta de mão-de-obra para a exploração;

c) a produção de látex feita pelo Reino Unido;

d) a preocupação com a preservação ambiental;

e) a proposta de internacionalização da Amazônia.

COMENTÁRIOS:

A seringueira, árvore de onde se extrai o látex, matéria-prima para a produção da borracha, é nativa da Amazônia. No entanto, os ingleses levaram, ilegalmente, para fora da Amazônia, mudas da seringueira e desenvolveram, com sucesso e custo mais baixo, seringais e a extração do látex na Malásia. A produção na então colônia inglesa derrubou a produção do látex amazônico.

Gabarito: C

11) (CONSULPLAN/IBGE/2009 – AGENTE DE PESQUISA E MAPEAMENTO) Sobre a formação histórico-territorial e regionalização brasileira, relacione a 2ª coluna de acordo com a 1ª:

Divisão Regional do Brasil (geoeconômica)

1. Centro-Sul.

2. Nordeste.

3. Amazônia.

Características Regionais

( ) É a maior das três regiões geoeconômicas do Brasil e a região menos povoada. A maior parte dos movimentos migratórios dos últimos anos dirige-se a ela.

( ) É a região geoeconômica mais industrializada, povoada e urbanizada do país. Essa região é considerada o centro econômico do Brasil.

( ) Representa a região geoeconômica de ocupação mais antiga, onde atualmente podemos encontrar inúmeras marcas da colonização, presença da agroindústria açucareira e forte influência negra na população regional. Durante três séculos, essa região foi a mais rica e povoada do país.

A sequência está correta em:

A) 3, 2, 1

B) 2, 3, 1

C) 2, 1, 3

D) 1, 3, 2

E) 3, 1, 2

COMENTÁRIOS:

Veja-se que a questão se refere à divisão regional pelo critério geoeconômico, não vamos confundir com a divisão regional do IBGE. A ordem da numeração é 3 – Amazônia, 1- Centro-Sul e 2 – Nordeste.

Gabarito: E

12) (CESGRANRIO/TJ RO/2008 – TÉCNICO JUDICIÁRIO) O controle das fronteiras brasileiras, sobretudo norte e sul, sempre foi motivo de preocupação dos principais governos republicanos. Acordos de limites, por exemplo, foram vários na República Velha. Durante o Governo Vargas, porém, este controle foi efetivamente definido com a criação de Territórios Federais na região, entre eles:

a) Rio Branco, atual Estado de Roraima, e Guaporé, atual Estado de Rondônia.

b) Acre, atual Estado do Acre, e Guaporé, atual Estado de Rondônia.

c) Ponta Porã, atual Estado de Tocantins, e Rio Branco, atual Estado de Roraima.

d) Iguaçu, atual Estado de Roraima, e Acre, atual Estado do mesmo nome.

e) Amapá e Palmas, atualmente Estados do mesmo nome.

COMENTÁRIOS:

Getúlio Vargas criou os territórios federais de Rio Branco, atual Estado de Roraima; Guaporé, atual Estado de Rondônia, Amapá, atual Estado de mesmo nome e Ponta-Porã e Iguaçu, que foram extintos posteriormente.

Gabarito: A

13) (CESPE/INSS/2008 – ANA) Acerca de economias regionais e blocos econômicos, julgue o item.

Classicamente, o Brasil possui apenas três macrorregiões econômicas, cada uma delas com características distintas devido a vários fatores, como história, desenvolvimento, população e economia.

COMENTÁRIOS:

A questão fala em três macrorregiões econômicas. Devemos entender esse termo como sendo o de regiões geoeconômicas. Embora, não conste o termo "geo", a banca está se referindo às regiões geoeconômicas. Essa classificação foi elaborada pelo geógrafo Pedro Geiger na década de 1960.

Ela se baseia no processo histórico de formação do território brasileiro, levando em consideração, especialmente, os efeitos da industrialização. Dessa forma, a proposta busca refletir a realidade do país e compreender seus mais profundos contrastes. Essa organização regional favorece a compreensão das relações sociais e políticas do país, pois associa os espaços de acordo com suas semelhanças econômicas, históricas e culturais.

De acordo com Geiger, são três as **regiões geoeconômicas: Amazônia, Centro-Sul e Nordeste**.

Gabarito: Certo

14) (CESPE/INSS/2008 – ANALISTA DE SEGURO SOCIAL) Entre os 34 milhões de jovens de 18 a 29 anos de idade domiciliados nas cidades brasileiras, 21,8% têm o curso fundamental incompleto e 2,4% são formalmente analfabetos, o que faz pensar em quantos o serão de fato. A incidência do analfabetismo e da evasão escolar difere entre estados e regiões. Esses jovens excluídos aparecem em maior proporção (35%) no Nordeste e menor (18%) no Sudeste.

Esse quadro tem causas mais profundas do que as imaginadas pelo senso comum. A necessidade de trabalhar e sustentar a família é o caso de 17% do 1,7 milhão de jovens entre 15 e 17 anos de idade que abandonaram os estudos; 44% dos que não estudam mais nessa faixa de idade também não trabalham. Ao justificar a razão pela qual abandonaram a escola, quatro em cada dez jovens disseram ter perdido o interesse ou a convicção de que a escolaridade os ajudaria a conquistar um bom emprego. Mesmo a gravidez entre adolescentes é vista como um elemento que dificulta a volta à escola, e não propriamente como a causa de abandono.

***Folha de S.Paulo**, 26/1/2008, p. A2 (com adaptações).*

Com base nos dados apresentados no texto, julgue o item a seguir.

Para além das conhecidas assimetrias no campo econômico, o texto indica que também na área educacional reproduz-se o quadro de desigualdade que acompanha a experiência histórica brasileira, inclusive, em termos regionais.

COMENTÁRIOS:

Do ponto de vista macrorregional, a desigualdade no Brasil espacializa-se com duas regiões mais desenvolvidas – Sudeste e Sul, uma região em estágio de desenvolvimento próximo ao Sul/Sudeste, o Centro-Oeste e duas regiões menos desenvolvidas – Nordeste e Norte. Nos aspectos sociais, na escala macrorregional, replica-se o mesmo padrão de desigualdade: Sul/Sudeste mais desenvolvidos, Centro-Oeste em estágio de desenvolvimento próximo às duas regiões citadas e Nordeste/Norte menos desenvolvidos.

Contudo, é importante ressaltar que a desigualdade regional e social no Brasil manifesta-se em múltiplas escalas. Há regiões e pessoas ricas e pobres em todas as macrorregiões brasileiras.

Gabarito: Certo

15) (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA TO/2005) Grande parte dos estados brasileiros originou-se da primeira divisão territorial, que foram:

a) Sesmarias

b) Capitanias hereditárias

c) Governo geral

d) Províncias

COMENTÁRIOS:

Grande parte dos estados brasileiros originou-se da primeira divisão territorial do Brasil, que foram as **capitanias hereditárias,** criadas pela Coroa Portuguesa entre 1534 a 1536. Constituíam-se de grandes faixas de terra, que iam da costa até a linha do Tratado de Tordesilhas, doadas aos capitães-mores mediante um documento chamado de "carta de doação". Os capitães também eram chamados de donatários, uma vez que recebiam títulos de governadores de suas posses. As capitanias eram hereditárias porque podiam ser transferidas aos herdeiros dos donatários.

As primeiras **sesmarias** surgiram antes mesmo das capitanias hereditárias, com a expedição de Martim Afonso de Souza, em 1531, que distribuiu as primeiras sesmarias aos colonos portugueses.

A sesmaria constituía-se de glebas de terras concedidas para o uso dos colonos. Tratava-se de uma subdivisão da capitania hereditária, com o objetivo de que fosse aproveitada. Os capitães-donatários eram obrigados a distribuir 80% das terras como sesmarias.

O **Governo Geral**, instituído pela Coroa Portuguesa em 1548, não significou uma nova divisão territorial do Brasil, mas sim o início da formação de um aparelho de Estado subordinado à monarquia lusa.

As **províncias** surgiram somente com a independência do Brasil, em 1822. As antigas **capitanias reais** foram transformadas em **províncias do Império do Brasil**, assumindo basicamente os mesmos contornos daquelas. Algumas das capitanias reais haviam se fundido para formar uma capitania maior. Outras surgiram a partir da elevação de comarcas em novas capitanias.

Gabarito: B

16) (NCE/IBGE/2005 – AGENTE DE PESQUISA E MAPEAMENTO) Se há um traço característico do Brasil, este é a persistente desigualdade social. Essa desigualdade reflete-se no território e, em média, divide o país em duas partes, uma que possui maior percentual de população de baixa renda e outra onde se encontra o maior percentual de população com renda mais elevada. Essas partes são, respectivamente:

(A) o litoral e o interior;

(B) o norte e o sul;

(C) as planícies e os planaltos;

(D) o oeste e o leste;

(E) os municípios pouco povoados e os mais populosos.

COMENTÁRIOS:

Se dividirmos o Brasil em metade norte e metade sul, vamos verificar que a metade norte possui um maior percentual de população de baixa renda, ao passo que na metade sul terá um maior percentual de população com renda mais elevada.

Entretanto, a análise pode sofrer variações dependendo do recorte espacial da análise. Se o recorte espacial for as macrorregiões (regiões do IBGE),

no Norte, Nordeste e Centro-Oeste estará o maior percentual de população de baixa renda e, no Sul e Sudeste, o maior percentual de população com renda mais elevada.

Por isso, nesse tipo de questão é muito importante sempre prestar atenção no recorte espacial objeto da análise.

Gabarito: B

17) (FGV/PC RJ/2011 – PILOTO POLICIAL) Segundo a Constituição Federal de 1988, uma das condições exigidas para que um distrito passe à condição de município é a de que:

a) a população do distrito seja ouvida por meio de um plebiscito.
b) a população do município vote a divisão em processo eleitoral.
c) a população urbana do distrito seja maior que a rural.
d) a população distrital seja igual ou maior que a do município.
e) a população do município concorde com a emancipação.

COMENTÁRIOS:

Dispõe o art. 18, § 4º, da Constituição Federal, que:

A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, ***e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos****, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.*

Gabarito: A

18) (CONSULPLAN/IBGE/2011 – AGENTE DE PESQUISA E MAPEAMENTO) É correto afirmar sobre a organização político-administrativa do Brasil que

A) os estados brasileiros têm a mesma autonomia dos estados americanos ou das províncias canadenses, que são exemplos mais amplos de estados federativos.

B) os vinte seis estados brasileiros, tanto quanto os municípios e o Distrito Federal exercem competências, e as atribuições legislativas, normativas, políticas, administrativas e financeiras que a Constituição Federal lhes confere, não ficando restritos a essas competências e atribuições, podendo ir muito mais além.

C) a Constituição reservou apenas à União, a maioria dos assuntos reguláveis por lei, o que configura uma federação altamente centralizada, em que restam aos estados e aos municípios quase somente "migalhas" das vastas competências normativas federais.

D) o Brasil pode ser considerado uma confederação, uma vez que sua organização político-administrativa está constituída dessa maneira.

E) os estados não podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para anexarem-se a outros ou formarem novos estados e territórios federais.

COMENTÁRIOS:

a) **Incorreta.** Os estados brasileiros não têm a mesma autonomia dos estados americanos ou das províncias canadenses. Exemplos são a pena de morte e a legalização da maconha. Nos EUA, cada Estado tem poderes para legislar sobre esses temas. No Brasil, não. São objeto de legislação federal.

b) **Incorreta.** Os vinte seis estados, tanto quanto os municípios e o Distrito Federal, exercem competências e atribuições legislativas, normativas, políticas, administrativas e financeiras que a Constituição lhes confere, porém, há restrições aos estados e aos municípios. Ou seja, eles só têm e podem exercer as atribuições que lhes confere a Constituição Federal. Não podem ir além delas, pois, se assim o fizessem, estariam invadindo a competência de outro nível federativo.

c) **Correta.** A União dita a maioria dos assuntos reguláveis por lei, restando aos estados e aos municípios quase migalhas das competências normativas federais. Essa é uma frequente reclamação de Estados, municípios, políticos e segmentos da sociedade. A Federação brasileira é muito centralizada no nível federativo da União.

d) **Incorreta.** O Brasil não pode ser considerado uma confederação, e sim uma federação, que não são sinônimos. A confederação é uma associação de Estados soberanos, usualmente criada por meio de tratados, mas que pode, eventualmente, adotar uma constituição comum. A principal distinção entre uma confederação e uma federação é que, na Confederação, os Estados constituintes não abandonam a sua soberania, enquanto que, na Federação, a soberania é transferida para o estado federal. Na Federação, os estados possuem autonomia, mas não soberania. As confederações costumam ser instituídas para lidar com assuntos cruciais como defesa, relações exteriores, comércio internacional e união monetária.

e) **Incorreta.** Nos termos do artigo 18, § 3º, da Constituição Federal, os estados brasileiros podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para

anexarem-se a outros ou formarem novos estados e territórios federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, por meio de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.

Gabarito: C

19) (NCE/IBGE/2005 – AGENTE DE PESQUISA E MAPEAMENTO) O federalismo é uma forma de organização das instituições políticas que tem por objetivo fundamental acomodar as tensões decorrentes da necessidade de uma união das *diferenças* para formar uma *unidade*, ambas organizadas territorialmente. Uma característica da federação brasileira, que a diferencia das outras, é a:

(A) pouca autonomia dos Estados brasileiros, frente à União e aos Municípios;

(B) existência de dois níveis federativos, a União e os Estados;

(C) autonomia financeira dos Estados e Municípios;

(D) existência de três níveis federativos: União, Estados e Municípios;

(E) concentração de poder de decisão no nível da União para todas as questões do país.

COMENTÁRIOS:

a) **Errada.** A autonomia é o poder que os entes possuem de agir de forma livre (dentro dos limites constitucionais), ou seja, não há hierarquia entre os entes federados. Isso quer dizer que a União não "manda" nos estados, DF ou municípios, não havendo subordinação entre eles. Se não há subordinação entre os entes e um não manda no outro, não se pode afirmar que os Estados brasileiros possuem pouca autonomia frente à União e aos municípios.

b) **Errada.** Existem três níveis federativos: União, Estados e Distrito Federal e Municípios.

c) **Errada.** A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios são autônomos nos termos da Constituição Federal. Vejam bem, nos termos da Constituição, que estabeleceu uma divisão de competências. Como exemplo, essa divisão estabelece os tributos que cabe a cada ente federado arrecadar. Veja-se que nenhum ente federado é autônomo financeiramente para arrecadar o imposto que quiser, o faz, como já dissemos, nos limites dos marcos regulatórios constitucionais.

d) **Certa.** Existem três níveis federativos: União, Estados e Distrito Federal e Municípios.

e) **Errada.** O poder de decisão sobre todas as questões do país não está concentrado na União, já que há uma divisão de competências, estabelecida pela Constituição Federal. No federalismo brasileiro, as competências mais importantes foram deixadas a cargo da União, por isso, tem-se a impressão de que a União "manda" nos demais entes.

Gabarito: D

20) (NCE/IBGE/2005 – AGENTE DE PESQUISA E MAPEAMENTO) Os estados brasileiros constituem unidades federativas com autonomia para definir e recolher alguns impostos, como o ICMS. Esse imposto é importante porque representa um instrumento dos governos para tentar atrair investimentos e atividades nos limites do território do estado. O uso desse recurso, porém, resultou em conflito de interesses entre essas unidades da federação. Esse conflito é conhecido como:

(A) encilhamento;

(B) contingenciamento;

(C) guerra fiscal;

(D) crise da previdência;

(E) déficit público.

COMENTÁRIOS:

Para atrair investimentos e, consequentemente, mais riqueza e geração de renda para sua região, vários governos promovem incentivos variados para as empresas. Isso vai desde a isenção de impostos e infraestrutura até a própria construção das instalações da empresa com dinheiro público.

A guerra fiscal caracteriza-se pela disputa, entre cidades e estados, para ver quem oferece melhores incentivos para que as empresas se instalem em seus territórios. Um exemplo muito conhecido desta prática é o da montadora Ford, que após uma acirrada disputa entre os estados da Bahia e do Rio Grande do Sul, para ver quem oferecia maiores vantagens fiscais, decidiu se instalar na Bahia.

A guerra fiscal faz com que o Brasil, em geral, deixe de arrecadar volumosos recursos em virtude da disputa, sendo que, de qualquer forma, a empresa beneficiada se instalaria no Brasil.

Gabarito: C

21) (NCE/IBGE/2005 – AGENTE DE PESQUISA E MAPEAMENTO) A região do país que nas últimas décadas vem sofrendo as maiores mudanças na

sua base produtiva e na expansão do povoamento no seu espaço é a Região:

(A) Norte;

(B) Sul;

(C) Nordeste;

(D) Sudeste;

(E) Centro-Oeste.

COMENTÁRIOS:

O Centro-Oeste vem experimentando mudanças significativas na sua base produtiva nas últimas décadas, basicamente pelo grande crescimento do agronegócio, voltado para a exportação. Com a construção de Brasília, a região recebeu grandes contingentes populacionais. Atualmente é a região do país que mais recebe imigrantes vindos de outras regiões, segundo o IBGE.

Gabarito: E

22) (AOCP/MPE BA/2014) Qual dos estados a seguir NÃO faz parte da região nordeste do Brasil?

a) Sergipe.
b) Pernambuco.
c) Rio Grande do Norte.
d) Piauí.
e) Tocantins.

COMENTÁRIOS:

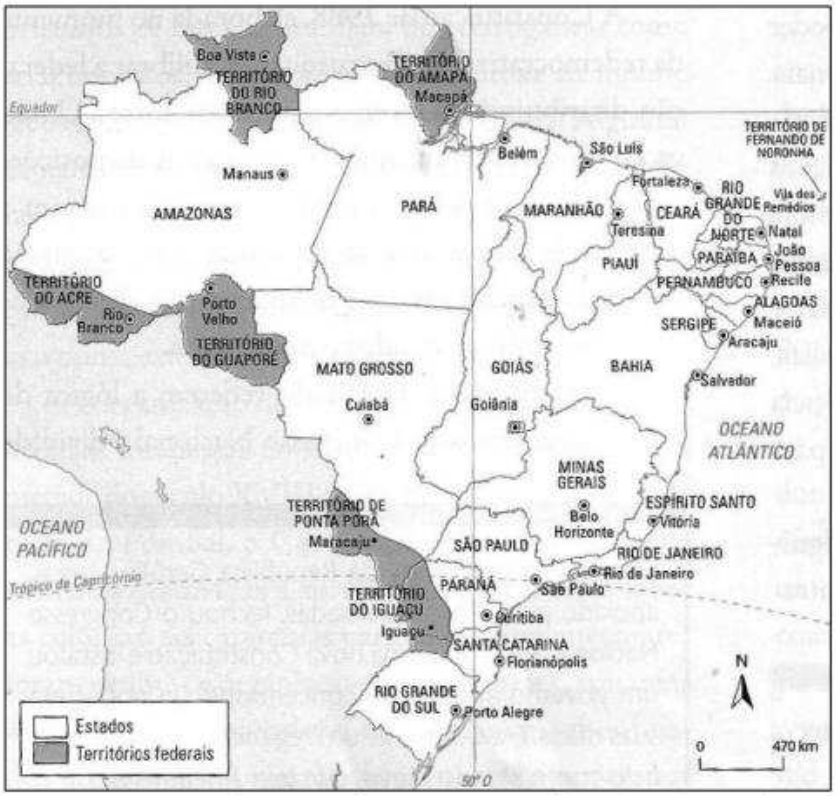
A região Nordeste é composta pelos seguintes estados: Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí e Maranhão. Tocantins faz parte da região Norte.

Gabarito: E

23) (FGV/IBGE/2016 – TÉCNICO DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS E ESTATÍSTICAS A I) Com a Proclamação da República, em 1889, as antigas províncias brasileiras passaram à categoria de estados da federação. Ao longo do século XX, novas unidades político-administrativas foram criadas a partir do desmembramento de alguns estados, principalmente na Região Norte. Em 1903, o atual estado do

Acre foi anexado ao Brasil pelo Tratado de Petrópolis como Território Federal, uma unidade político-administrativa gerida diretamente pelo poder central.

Em 1943, foram criados outros cinco Territórios Federais, como mostra o mapa abaixo:



Fonte: MAGNOLI, Demétrio. Geografia para o ensino médio. São Paulo: Atual, 2008, p. 178.

A lógica que orientou a criação dos territórios federais, na década de 1940 foi:

(A) a expansão dos limites do território nacional e o controle efetivo de áreas conflagradas por movimentos de secessão;

(B) o aumento da presença do governo central em áreas pouco povoadas e consideradas vulneráveis às ameaças externas;

(C) o atendimento às demandas políticas das elites locais e o estímulo à formação das cadeias produtivas transfronteiriças;

(D) a consolidação da soberania nacional em áreas densamente povoadas e de litígio territorial com países vizinhos;

(E) o incentivo à descentralização do poder executivo e o aumento da autonomia administrativa das áreas remotas.

COMENTÁRIOS:

Letra A, incorreta. Na década de 1940, os limites do território nacional estavam definidos, não havia nenhuma ação para o alargamento das fronteiras brasileiras. Também não havia, no Brasil, nenhum movimento de secessão, ou seja, nenhum movimento separatista.

Letra B, correta. Em plena segunda década do século XXI, Amapá, Roraima, Acre e Rondônia são áreas pouco povoadas. Quem dirá, na década de 1940. A Região Norte continua pouco povoada, com grandes vazios demográficos. Na década de 1940, a parte oeste dos atuais Estados de Santa Catarina e Paraná e sudoeste do Mato Grosso eram pouco povoadas. São as áreas dos antigos territórios de Iguaçu e Ponta Porã. Copia-se trecho do livro "Geografia para o ensino médio", de Demétrio Magnoli, utilizado para a elaboração da questão: *Os territórios federais, ao contrário dos estados, não dispunham de autonomia política. Situados em faixas de fronteiras pouco povoadas, eles deveriam fornecer a moldura política para a presença do governo central e das forças armadas nessas áreas vulneráveis.*

Letra C, incorreta. Os territórios federais citados não foram criados com o objetivo de atender demandas políticas das elites locais e de estimular a formação das cadeias produtivas transfronteiriças. Foram criados com o objetivo de aumentar a presença do governo central em áreas pouco povoadas e consideradas vulneráveis às ameaças externas.

Letra D, incorreta. Não eram áreas densamente povoadas, mas pouco povoadas e não eram objeto de litígio territorial com países vizinhos.

Letra E, incorreta. Com a criação dos territórios federais, o Governo Federal retirou áreas do território que estavam sob gestão dos estados. Territórios são autarquias territoriais administradas pelo Governo Federal. Houve uma centralização. Descentralização seria se essas áreas continuassem sob a gestão dos estados federados.

Gabarito: B

24) (FGV/IBGE/2016 – TÉCNICO DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS E ESTATÍSTICAS A I) No século XVII, a criação de gado desempenhou um papel importante na ocupação do atual território brasileiro e de suporte às atividades econômicas. Além de fornecer carne seca aos núcleos litorâneos, a pecuária:

(A) expandiu os minifúndios com a criação intensiva para a exportação e favoreceu a interiorização da ocupação;

(B) consolidou a estrutura econômica das regiões litorâneas e dificultou a integração inter-regional;

(C) possibilitou a exploração do ouro e apoiou a expansão da fruticultura irrigada no semiárido nordestino;

(D) favoreceu a criação de vilas e cidades no interior e consolidou a expansão da cafeicultura no oeste paulista;

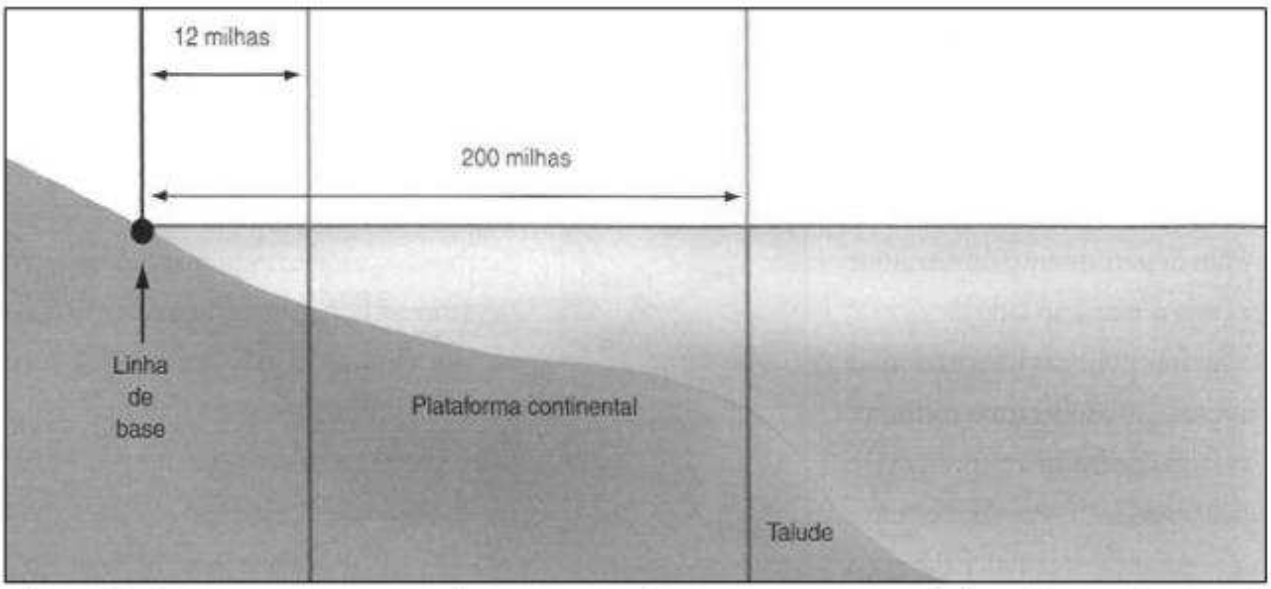
(E) forneceu animais de tração para os moinhos dos engenhos e se interiorizou ao longo do vale do rio São Francisco.

COMENTÁRIOS:

A pecuária fornecia carne seca, couro e animais indispensáveis para girar os moinhos dos engenhos. Os pecuaristas saíram do litoral e avançaram para o interior do Brasil. Uma das áreas colonizadas foi o vale do rio São Francisco.

Gabarito: E

25) (FGV/IBGE/2016 – TÉCNICO DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS E ESTATÍSTICAS A I) Observe a figura abaixo:



Adaptado de: MAGNOLI, Demétrio. Geografia para o ensino médio. São Paulo: Atual, 2008, p. 182.

Em 4 de janeiro de 1993, o Governo brasileiro sancionou a Lei nº 8.617, que tornou os limites marítimos brasileiros coincidentes com os limites preconizados pela Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM) em 1982.

De acordo com a legislação brasileira, a faixa de 12 milhas marítimas e a faixa que se estende das doze às duzentas milhas marítimas, indicadas na figura acima, são denominadas, respectivamente:

(A) território nacional estendido e alto mar;

(B) zona franca internacional e região do pré-sal;

(C) território nacional contíguo e Amazônia azul;

(D) mar territorial e zona econômica exclusiva;

(E) mar de soberania nacional e zona abissal.

COMENTÁRIOS:

Até 12 milhas marítimas temos o mar territorial. Na faixa que se estende de 12 a 24 milhas, temos a zona contígua e, na faixa de 24 a 200 milhas, a zona econômica exclusiva. Percebam que a questão não citou a zona contígua, mas as demais alternativas são claramente incorretas, não deixando dúvidas sobre a alternativa correta.

Gabarito: D

LISTA DE QUESTÕES

01) (FGV/IBGE/2016 – TÉCNICO EM INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS E ESTATÍSTICAS A I) "(...) De outro lado, o número de gaúchos que, a partir de 1940, passaram a habitar outras unidades da Federação, também cresceu. A emigração no Estado aumentou significativamente até os anos 70, tendo como destinos preferenciais Santa Catarina e Paraná. Nas décadas seguintes o fluxo de gaúchos teve como destino predominante a região Centro-Oeste. Em 2010 o Censo identificou 1.066.500 gaúchos residindo em outros estados brasileiros."

Fonte: Atlas Socioeconômico do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: http://www.atlassocioeconomico.rs.gov.br

O Centro-Oeste recebeu um contingente significativo de migrantes do Rio Grande do Sul, sobretudo a partir da década de 1980, em função:

(A) do extrativismo da erva-mate;

(B) da proliferação dos tecnopolos;

(C) da expansão da fronteira agrícola;

(D) da polarização das metrópoles;

(E) do crescimento da silvicultura.

02) (FGV/IBGE/2016 – TÉCNICO EM INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS E ESTATÍSTICAS A I) A Carta Constitucional de 1988 define as terras indígenas como as "terras tradicionalmente ocupadas pelos índios e por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições".

Nas disposições Constitucionais Transitórias, fixou-se em cinco anos o prazo para que todas as Terras Indígenas no país fossem demarcadas. Contudo, isso não ocorreu, e as Terras Indígenas no Brasil se encontram em diferentes situações jurídicas.

Adaptado de: Instituto Socioambiental. Povos Indígenas no Brasil. Disponível em: pib.socioambiental.org

A Constituição Federal de 1988 estabelece a natureza originária dos direitos dos índios sobre as terras que tradicionalmente ocupam e reconhece a eles:

(A) o domínio provisório dessas terras e sua transmissão por doação ou herança aos descendentes;

(B) a utilização compartilhada dessas terras com os ocupantes não-índios e a autorização para arrendá-las;

(C) a propriedade vitalícia dessas terras e o direito de vendê-las após a conclusão do processo de demarcação;

(D) a posse permanente dessas terras e o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e das lagoas nelas existentes;

(E) o uso transitório dessas terras e seu aproveitamento até que sejam incorporadas ao patrimônio fundiário da União.

03) (UFMT/DETRAN/2015 – AGENTE FISCAL DE TRÂNSITO) O que se denominou "Marcha para o Oeste" foi

(A) a marcha da Coluna Prestes pelo interior de Mato Grosso, chamando o povo para a insurgência contra o Governo Federal.

(B) a viagem de Mário de Andrade por Mato Grosso com artistas estrangeiros durante sua fase modernista.

(C) a incursão das forças armadas brasileiras contra os insurgentes da Rusga visando a sua destruição.

(D) o projeto do governo Getúlio Vargas no período do Estado Novo, para integrar e desenvolver o interior do Brasil, inclusive o estado de Mato Grosso.

04) (CESGRANRIO/IBGE/2014 – AGENTE DE PESQUISAS E MAPEAMENTO)

Os portugueses introduziram, pioneiramente, na África e no Brasil, um tipo de agricultura apoiada na monocultura açucareira em grandes propriedades, com mão de obra constituída predominantemente de escravos. Toda a produção era embarcada em navios com destino à Europa. Esse tipo de agricultura persiste até hoje no Brasil, com o protagonismo das exportações de produtos tropicais.

MAGNOLI, D. e ARAUJO, R. Geografia geral e do Brasil. São Paulo: Moderna, 1997, p. 239. Adaptado.

A atividade agrícola descrita acima é denominada agricultura de

a) jardinagem
b) regadio
c) subsistência
d) precisão
e) plantation

05) (CESGRANRIO/IBGE/2014 – AGENTE DE PESQUISAS E MAPEAMENTO) Território federal é uma denominação brasileira para uma categoria específica de divisão administrativa. Os territórios federais integram diretamente a União, sem pertencerem a qualquer estado, e podem surgir da divisão de um estado ou desmembramento, dele exigindo-se aprovação popular através de plebiscito e lei complementar.

Com a extinção dos territórios federais no Brasil pela Constituição Federal de 1988, a seguinte unidade político-administrativa tornou-se estado da federação:

a) Tocantins
b) Amapá
c) Rondônia
d) Pará
e) Pernambuco

06) (FGV/ASSEMBLEIA LEGISLATIVA MT/2013 – NÍVEL SUPERIOR) Analise o mapa a seguir.



RESENDE, Maria Efigênia Lage; MORAES, Ana Maria. *Atlas Histórico do Brasil*. Belo Horizonte: Vigília, 1987, p.35. (Adaptado)

Assinale a alternativa que descreve corretamente a consolidação do território português na América, de acordo com os tratados assinalados no mapa acima.

(A) A atual região de Mato Grosso passou a pertencer à Espanha a partir de 1750.

(B) A assinatura do Tratado de Madri foi fruto do avanço da colonização portuguesa para o Oeste.

(C) O Tratado de Madri foi pré-condição para o início das expedições dos bandeirantes paulistas.

(D) A expansão lusa em 1750 permitiu a exploração da nova região do Acre, até então da Bolívia.

(E) A Coroa portuguesa se beneficiou com o Tratado de 1750, obtendo a posse da Colônia de Sacramento.

07) (CESGRANRIO/IBGE/2013 – TÉCNICO EM INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS E ESTATÍSTICAS A I) Na formação territorial brasileira, a atuação dos bandeirantes foi responsável pelo combate aos índios

considerados agressores ou opositores à conquista do interior, e também pela captura de negros fugidos das grandes plantações e pela destruição de quilombos. Essa estratégia colonizadora correspondeu a uma verdadeira ação exterminadora dos indígenas no nordeste do País, sob o comando de vários bandeirantes paulistas, sobretudo no século XVII.

A estratégia colonizadora acima mencionada denomina-se

a) urbanismo rural
b) missões jesuíticas
c) desenvolvimentismo
d) sertanismo de contrato
e) Plano Nacional de Desenvolvimento

08) (CESPE/TJ RO/2012 – CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR) O recrutamento de colonos para povoar regiões consideradas estratégicas por Portugal em sua colônia americana foi uma das medidas políticas empreendidas pelo Marquês de Pombal, por meio de uma política colonial claramente mercantilista, com o objetivo de fortalecer o poder da realeza e reduzir históricos privilégios concedidos a comerciantes ingleses.

Nesse sentido, a decisão tomada pelo governo de Lisboa de enviar colonos provenientes dos Açores e de Mazagão, no norte da África, para a região Norte brasileira foi motivada

A) pela expansão da produção aurífera ao longo do século XVIII, cujo andamento das atividades dependia do fornecimento de gêneros alimentícios produzidos nos mais diversos pontos da colônia.

B) pela necessidade de controle do território do Norte, que permitiria ao governo de Portugal ampliar seus domínios americanos e, a partir do mapeamento hidrográfico da Amazônia, controlar a estratégica bacia platina.

C) pelo fato de as correntes migratórias externas poderem substituir, com vantagem, as populações nativas que, nesse contexto, haviam sido dizimadas em larga medida.

D) pelo comprovado sucesso do emprego de mão de obra imigrante nas lavouras de café no centro-sul da colônia, fato que indicava bons prognósticos para sua utilização na Amazônia.

E) pela urgente necessidade de povoar o Norte do Brasil, uma vez que, em face da crescente pressão exercida por Inglaterra, França e Holanda, era preciso integrar a área às demais regiões da colônia.

09) (CESPE/IRBR/2011 – DIPLOMATA) Com relação à geografia moderna, estruturada no século XIX, julgue (C ou E) o item subsequente.

A colonização da região que atualmente corresponde ao Nordeste do Brasil ocorreu, de modo geral, do litoral para o interior, relacionando-se a ocupação das zonas mais próximas do litoral à produção açucareira, e a de áreas mais interiores, à pecuária e à cultura do algodão.

10) (FUNCAB/SESAU RO/2009 - MÉDICO) O período compreendido entre 1877 e 1910 ficou conhecido no Brasil como "Primeiro Ciclo da Borracha". Extraía-se a borracha na Amazônia, principalmente entre o Brasil e a Bolívia, onde está situado o Estado de Rondônia. Um pouco depois, a produção brasileira entrou em decadência. Podemos apontar como causa principal do declínio desta produção:

a) o isolamento da Região Norte;

b) a falta de mão-de-obra para a exploração;

c) a produção de látex feita pelo Reino Unido;

d) a preocupação com a preservação ambiental;

e) a proposta de internacionalização da Amazônia.

11) (CONSULPLAN/IBGE/2009 – AGENTE DE PESQUISA E MAPEAMENTO) Sobre a formação histórico-territorial e regionalização brasileira, relacione a 2ª coluna de acordo com a 1ª:

Divisão Regional do Brasil (geoeconômica)

1. Centro-Sul.

2. Nordeste.

3. Amazônia.

Características Regionais

( ) É a maior das três regiões geoeconômicas do Brasil e a região menos povoada. A maior parte dos movimentos migratórios dos últimos anos dirige-se a ela.

( ) É a região geoeconômica mais industrializada, povoada e urbanizada do país. Essa região é considerada o centro econômico do Brasil.

( ) Representa a região geoeconômica de ocupação mais antiga, onde atualmente podemos encontrar inúmeras marcas da colonização, presença da agroindústria açucareira e forte influência negra na população regional. Durante três séculos, essa região foi a mais rica e povoada do país.

A sequência está correta em:

A) 3, 2, 1

B) 2, 3, 1

C) 2, 1, 3

D) 1, 3, 2

E) 3, 1, 2

12) (CESGRANRIO/TJ RO/2008 – TÉCNICO JUDICIÁRIO) O controle das fronteiras brasileiras, sobretudo norte e sul, sempre foi motivo de preocupação dos principais governos republicanos. Acordos de limites, por exemplo, foram vários na República Velha. Durante o Governo Vargas, porém, este controle foi efetivamente definido com a criação de Territórios Federais na região, entre eles:

a) Rio Branco, atual Estado de Roraima, e Guaporé, atual Estado de Rondônia.

b) Acre, atual Estado do Acre, e Guaporé, atual Estado de Rondônia.

c) Ponta Porã, atual Estado de Tocantins, e Rio Branco, atual Estado de Roraima.

d) Iguaçu, atual Estado de Roraima, e Acre, atual Estado do mesmo nome.

e) Amapá e Palmas, atualmente Estados do mesmo nome.

13) (CESPE/INSS/2008 – ANA) Acerca de economias regionais e blocos econômicos, julgue o item.

Classicamente, o Brasil possui apenas três macrorregiões econômicas, cada uma delas com características distintas devido a vários fatores, como história, desenvolvimento, população e economia.

14) (CESPE/INSS/2008 – ANALISTA DE SEGURO SOCIAL) Entre os 34 milhões de jovens de 18 a 29 anos de idade domiciliados nas cidades brasileiras, 21,8% têm o curso fundamental incompleto e 2,4% são formalmente analfabetos, o que faz pensar em quantos o serão de fato. A incidência do analfabetismo e da evasão escolar difere entre estados e regiões. Esses jovens excluídos aparecem em maior proporção (35%) no Nordeste e menor (18%) no Sudeste.

Esse quadro tem causas mais profundas do que as imaginadas pelo senso comum. A necessidade de trabalhar e sustentar a família é o caso de 17% do 1,7 milhão de jovens entre 15 e 17 anos de idade que abandonaram os estudos; 44% dos que não estudam mais nessa faixa de idade também não trabalham. Ao justificar a razão pela qual abandonaram a escola, quatro em cada dez jovens disseram ter perdido o interesse ou a convicção de que a escolaridade os ajudaria a conquistar um bom emprego. Mesmo a gravidez entre adolescentes é vista como um elemento que dificulta a volta à escola, e não propriamente como a causa de abandono.

***Folha de S.Paulo**, 26/1/2008, p. A2 (com adaptações).*

Com base nos dados apresentados no texto, julgue o item a seguir.

Para além das conhecidas assimetrias no campo econômico, o texto indica que também na área educacional reproduz-se o quadro de desigualdade que acompanha a experiência histórica brasileira, inclusive, em termos regionais.

15) (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA TO/2005) Grande parte dos estados brasileiros originou-se da primeira divisão territorial, que foram:

a) Sesmarias

b) Capitanias hereditárias

c) Governo geral

d) Províncias

16) (NCE/IBGE/2005 – AGENTE DE PESQUISA E MAPEAMENTO) Se há um traço característico do Brasil, este é a persistente desigualdade social. Essa desigualdade reflete-se no território e, em média, divide o país em duas partes, uma que possui maior percentual de população de baixa renda e outra onde se encontra o maior percentual de população com renda mais elevada. Essas partes são, respectivamente:

(A) o litoral e o interior;

(B) o norte e o sul;

(C) as planícies e os planaltos;

(D) o oeste e o leste;

(E) os municípios pouco povoados e os mais populosos.

17) (FGV/PC RJ/2011 – PILOTO POLICIAL) Segundo a Constituição Federal de 1988, uma das condições exigidas para que um distrito passe à condição de município é a de que:

a) a população do distrito seja ouvida por meio de um plebiscito.
b) a população do município vote a divisão em processo eleitoral.
c) a população urbana do distrito seja maior que a rural.
d) a população distrital seja igual ou maior que a do município.
e) a população do município concorde com a emancipação.

18) (CONSULPLAN/IBGE/2011 – AGENTE DE PESQUISA E MAPEAMENTO) É correto afirmar sobre a organização político-administrativa do Brasil que

A) os estados brasileiros têm a mesma autonomia dos estados americanos ou das províncias canadenses, que são exemplos mais amplos de estados federativos.

B) os vinte seis estados brasileiros, tanto quanto os municípios e o Distrito Federal exercem competências, e as atribuições legislativas, normativas, políticas, administrativas e financeiras que a Constituição Federal lhes confere, não ficando restritos a essas competências e atribuições, podendo ir muito mais além.

C) a Constituição reservou apenas à União, a maioria dos assuntos reguláveis por lei, o que configura uma federação altamente centralizada, em que restam aos estados e aos municípios quase somente "migalhas" das vastas competências normativas federais.

D) o Brasil pode ser considerado uma confederação, uma vez que sua organização político-administrativa está constituída dessa maneira.

E) os estados não podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para anexarem-se a outros ou formarem novos estados e territórios federais.

19) (NCE/IBGE/2005 – AGENTE DE PESQUISA E MAPEAMENTO) O federalismo é uma forma de organização das instituições políticas que tem por objetivo fundamental acomodar as tensões decorrentes da necessidade de uma união das *diferenças* para formar uma *unidade*, ambas organizadas territorialmente. Uma característica da federação brasileira, que a diferencia das outras, é a:

(A) pouca autonomia dos Estados brasileiros, frente à União e aos Municípios;

(B) existência de dois níveis federativos, a União e os Estados;

(C) autonomia financeira dos Estados e Municípios;

(D) existência de três níveis federativos: União, Estados e Municípios;

(E) concentração de poder de decisão no nível da União para todas as questões do país.

20) (NCE/IBGE/2005 – AGENTE DE PESQUISA E MAPEAMENTO) Os estados brasileiros constituem unidades federativas com autonomia para definir e recolher alguns impostos, como o ICMS. Esse imposto é importante porque representa um instrumento dos governos para tentar atrair investimentos e atividades nos limites do território do estado. O uso desse recurso, porém, resultou em conflito de interesses entre essas unidades da federação. Esse conflito é conhecido como:

(A) encilhamento;

(B) contingenciamento;

(C) guerra fiscal;

(D) crise da previdência;

(E) déficit público.

21) (NCE/IBGE/2005 – AGENTE DE PESQUISA E MAPEAMENTO) A região do país que nas últimas décadas vem sofrendo as maiores mudanças na sua base produtiva e na expansão do povoamento no seu espaço é a Região:

(A) Norte;

(B) Sul;

(C) Nordeste;

(D) Sudeste;

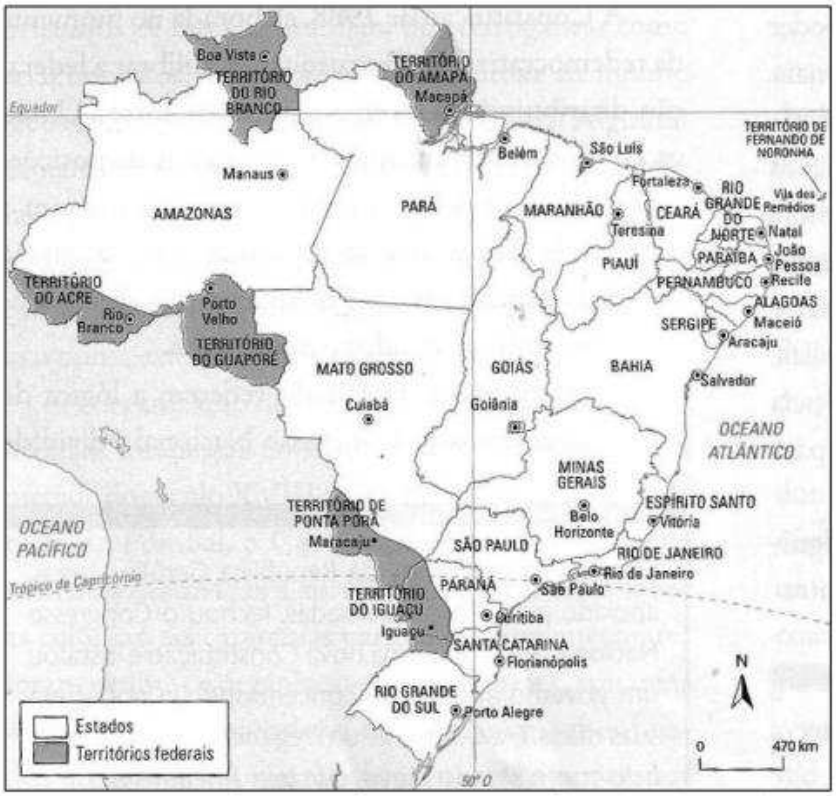
(E) Centro-Oeste.

22) (AOCP/MPE BA/2014) Qual dos estados a seguir NÃO faz parte da região nordeste do Brasil?

a) Sergipe.
b) Pernambuco.
c) Rio Grande do Norte.
d) Piauí.
e) Tocantins.

23) (FGV/IBGE/2016 – TÉCNICO DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS E ESTATÍSTICAS A I) Com a Proclamação da República, em 1889, as antigas províncias brasileiras passaram à categoria de estados da federação. Ao longo do século XX, novas unidades político-administrativas foram criadas a partir do desmembramento de alguns estados, principalmente na Região Norte. Em 1903, o atual estado do Acre foi anexado ao Brasil pelo Tratado de Petrópolis como Território Federal, uma unidade político-administrativa gerida diretamente pelo poder central.

Em 1943, foram criados outros cinco Territórios Federais, como mostra o mapa abaixo:



Fonte: MAGNOLI, Demétrio. Geografia para o ensino médio. São Paulo: Atual, 2008, p. 178.

A lógica que orientou a criação dos territórios federais, na década de 1940 foi:

(A) a expansão dos limites do território nacional e o controle efetivo de áreas conflagradas por movimentos de secessão;

(B) o aumento da presença do governo central em áreas pouco povoadas e consideradas vulneráveis às ameaças externas;

(C) o atendimento às demandas políticas das elites locais e o estímulo à formação das cadeias produtivas transfronteiriças;

(D) a consolidação da soberania nacional em áreas densamente povoadas e de litígio territorial com países vizinhos;

(E) o incentivo à descentralização do poder executivo e o aumento da autonomia administrativa das áreas remotas.

24) (FGV/IBGE/2016 – TÉCNICO DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS E ESTATÍSTICAS A I) No século XVII, a criação de gado desempenhou um papel importante na ocupação do atual território brasileiro e de suporte às atividades econômicas. Além de fornecer carne seca aos núcleos litorâneos, a pecuária:

(A) expandiu os minifúndios com a criação intensiva para a exportação e favoreceu a interiorização da ocupação;

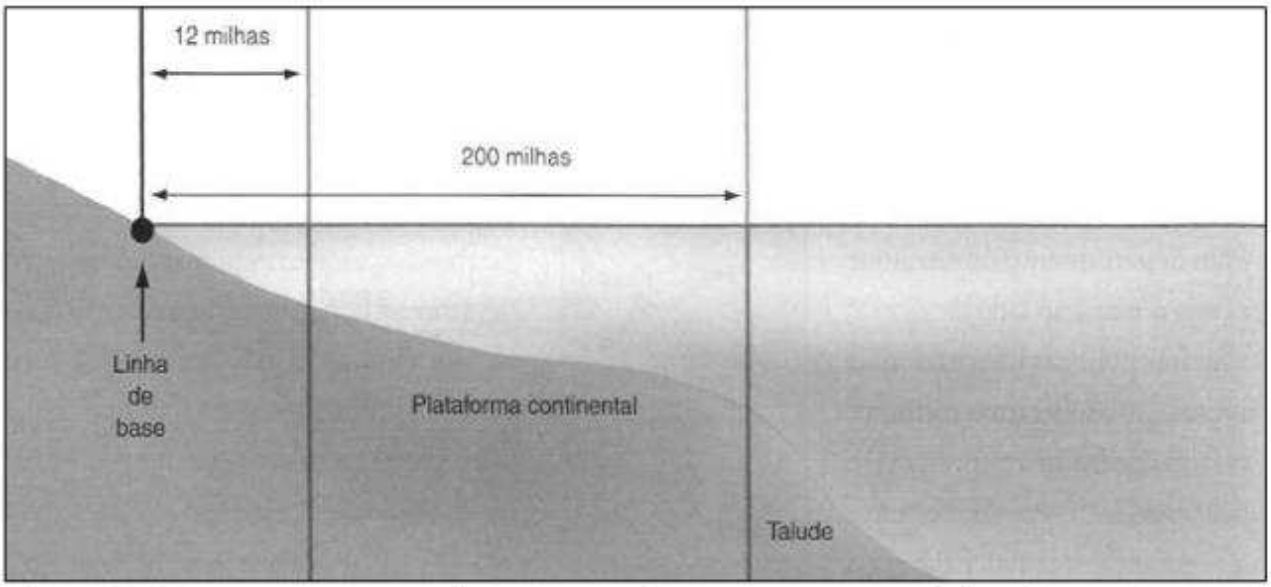
(B) consolidou a estrutura econômica das regiões litorâneas e dificultou a integração inter-regional;

(C) possibilitou a exploração do ouro e apoiou a expansão da fruticultura irrigada no semiárido nordestino;

(D) favoreceu a criação de vilas e cidades no interior e consolidou a expansão da cafeicultura no oeste paulista;

(E) forneceu animais de tração para os moinhos dos engenhos e se interiorizou ao longo do vale do rio São Francisco.

25) (FGV/IBGE/2016 – TÉCNICO DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS E ESTATÍSTICAS A I) Observe a figura abaixo:



Adaptado de: MAGNOLI, Demétrio. Geografia para o ensino médio. São Paulo: Atual, 2008, p. 182.

Em 4 de janeiro de 1993, o Governo brasileiro sancionou a Lei nº 8.617, que tornou os limites marítimos brasileiros coincidentes com os limites preconizados pela Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM) em 1982.

De acordo com a legislação brasileira, a faixa de 12 milhas marítimas e a faixa que se estende das doze às duzentas milhas marítimas, indicadas na figura acima, são denominadas, respectivamente:

(A) território nacional estendido e alto mar;

(B) zona franca internacional e região do pré-sal;

(C) território nacional contíguo e Amazônia azul;

(D) mar territorial e zona econômica exclusiva;

(E) mar de soberania nacional e zona abissal.

Gabarito

01 - C	02 - D	03 - D	04 - E	05 - B
06 - B	07 - D	08 - E	09 - C	10 – C
11 – E	12 – A	13 – C	14 – C	15 – B
16 – B	17 – A	18 – C	19 – D	20 – C
21 - E	22 - E	23 – B	24 – E	25 - D

ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE:
PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.

1. 

Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.

2. 

Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).

3. 

Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).

4. 

Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).

5. 

Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).

6. 

Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).

7. 

Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.

8. 

O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.